



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JOÃO GABRIEL VIEIRA DOS SANTOS

**A Exploração do Trabalhador Rural em Cacau (1933) e Torto Arado (2019):**  
Permanências e Transformações.

TERESINA-PI

2025

JOÃO GABRIEL VIEIRA DOS SANTOS

**A Exploração do Trabalhador Rural em Cacau (1933) e Torto Arado (2019):**  
Permanências e Transformações.

Monografia apresentada ao Curso de História  
da Universidade Estadual do Piauí –UESPI,  
como requisito para a obtenção do título de  
licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho.

TERESINA- PI

2025

JOÃO GABRIEL VIEIRA DOS SANTOS

**A Exploração do Trabalhador Rural em Cacau (1933) e Torto Arado (2019):  
Permanências e Transformações.**

Monografia apresentada ao Curso de História  
da Universidade Estadual do Piauí UESPI,  
como requisito para a obtenção do título de  
Licenciatura em História.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho. (Orientador)

Universidade Estadual do Piauí

---

Prof. 1

Instituição

---

Prof. 2

Instituição

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, minha eterna gratidão à minha mãe, Maria da Anunciação Vieira, cuja dedicação e sacrifícios (que não caberiam nessas páginas) definiram os alicerces da minha vida. Como mãe solo, enfrentou as angústias de me criar em uma cidade grande como o Rio de Janeiro, atravessando diariamente a cidade para me deixar na creche e, em seguida, trabalhar arduamente. Mais tarde, abriu mão de tudo e retornou ao Piauí para me proporcionar uma criação mais tranquila e segura. Mamãe, cada passo meu é reflexo do seu carinho, amor e força. Se hoje sou uma pessoa honesta e valorizo a educação, devo tudo a você. Obrigado por me ensinar, por me incentivar, por nunca desistir de mim.

Agradeço também aos meus tios e tias, os sete irmãos de minha mãe: madrinha flor, tia Eunice, tio Chico, tio Vieira, tio Davi, tio Raimundo e tio Enoque, que, de alguma forma, direta ou indiretamente, sempre estiveram presentes em nossa vida, oferecendo apoio nos momentos em que mais precisávamos.

Aos meus colegas de turma, que tornaram esta caminhada muito mais leve com risadas, apoio mútuo e compreensão: Poliana Rufino, Ana Paula Araújo, Gustavo Sousa, Daniel Willamy, Pedro Lucas e Fernanda Kellen. Obrigado pelas conversas que me proporcionaram compreender aspectos do meu trabalho.

Aos professores do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, que contribuíram de forma significativa para minha formação profissional. Em especial, agradeço à professora Gizeli, sempre disposta a oferecer conselhos valiosos; à professora Cristiana, por me proporcionar a oportunidade de participar do PIBID e fortalecer minha experiência como educador; e ao professor Alcebíades, meu orientador, que, mesmo diante das minhas faltas, acreditou em mim e não desistiu de me guiar.

À minha companheira, Thaline Braga, meu amor, pelo apoio constante e minha parceira em todas as horas. Suas palavras, seu incentivo e os bons momentos que compartilhamos foram fundamentais para tornar essa caminhada mais alegre e leve.

Por fim, dedico a meu filho, João Benício. Cada página deste trabalho, cada esforço, cada conquista é, e sempre será, por você.

A todos vocês, minha gratidão eterna.

Mas pra gente como a gente  
Meu pai me ensinou  
Terra aqui só tem valor  
Se tem trabalho  
E pro dono dessa terra  
Severo me ensinou  
Gente aqui não tem valor  
Só tem trabalho  
Pode só casa de barro  
De tijolo nem pensar  
Mas Severo não aceitava  
E sonhava com um lugar  
Onde havia até escola  
Onde a gente ia estudar  
Onde o povo era dono  
Até do seu próprio lar  
Muito além de Água Negra

— Rubel, "Torto Arado"

## RESUMO

A pesquisa analisa como as obras Cacau, de Jorge Amado, e Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior, retratam a exploração do trabalhador rural no Brasil, abordando a continuidade dessas relações ao longo do tempo e a formação da consciência de classe entre os sujeitos subalternizados. Ressalta a importância da literatura como fonte histórica, capaz de revelar as condições de vida no meio rural, denunciar desigualdades estruturais e inspirar a reflexão crítica sobre a realidade brasileira. A investigação utiliza como metodologia a análise textual das obras, articulada com documentos históricos e dados sobre o trabalho análogo à escravidão, embasando-se em referenciais como E.P. Thompson, Antonio Gramsci e Caio Prado Júnior. Dados da Comissão Pastoral da Terra e entrevistas com os autores complementam a análise crítica das narrativas literárias. A pesquisa denuncia a concentração fundiária e as desigualdades históricas no campo, destacando a relevância da educação e da organização política na luta pela emancipação das classes subalternas.

Palavras-chave: literatura e história; exploração rural; consciência de classe; trabalho análogo à escravidão; resistência política.

## ABSTRACT

The research analyzes how the works *Cacau* by Jorge Amado and *Torto Arado* by Itamar Vieira Júnior depict the exploitation of rural workers in Brazil, addressing the continuity of these relations over time and the development of class consciousness among subaltern subjects. It highlights the importance of literature as a historical source capable of revealing rural living conditions, denouncing structural inequalities, and inspiring critical reflection on Brazilian reality. The investigation employs textual analysis of the works, combined with historical documents and data on labor analogous to slavery, drawing on theoretical frameworks such as E.P. Thompson, Antonio Gramsci, and Caio Prado Júnior. Data from the Pastoral Land Commission and interviews with the authors complement the critical analysis of the literary narratives. The research denounces land concentration and historical inequalities in rural areas, highlighting the relevance of education and political organization in the struggle for the emancipation of subaltern classes.

Keywords: literature and history; rural exploitation; class consciousness; labor analogous to slavery; political resistance.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura 1-</b> Capa da 1.ed. do romance Cacau, Ariel Editora (1933).....	13
<b>Figura 2-</b> Capa da 1.ed. do romance Torto Arado, Todavia Editora (2019).....	26
<b>Figura 3-</b> Registros de empregadores na Lista Suja do trabalho escravo.....	45
<b>Figura 4-</b> Naturalidade dos resgatados.....	51
<b>Figura 5-</b> Índices de analfabetismo por região, IBGE 2022.....	52
<b>Figura 6-</b> Taxa de analfabetismo segundo cor ou raça, IBGE 2022.....	52
<b>Figura 7-</b> Jornal Terra Livre.....	54
<b>Figura 8-</b> Conflitos no campo 2023 (CPT).....	61

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A VIDA POR TRÁS DA FICÇÃO: AMADO E VIEIRA JÚNIOR EM SEUS TEMPOS.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Jorge Amado E Cacau: Romance E Luta Social.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Itamar Vieira Junior: Torto Arado E As Vozes Silenciadas Do Sertão.....</b>	<b>25</b>
<b>3 TRABALHO RURAL E DESIGUALDADE NO BRASIL: ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1 O Trabalhador Rural.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2 Trabalho Análogo à Escravidão no Brasil Contemporâneo: Resquícios do Passado e Realidade Atual.....</b>	<b>35</b>
<b>3.3 Concentração Fundiária no Brasil: Herança Histórica e Impactos no Campo.....</b>	<b>50</b>
<b>4 CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO CAMPO: DO SILENCIAMENTO À LUTA COLETIVA.....</b>	<b>56</b>
<b>4.1 A Construção Da Consciência De Classe: Experiência E Resistência .....</b>	<b>59</b>
<b>4.2 Disputa Pela Hegemonia: Luta De Classes E Transformação No Campo .....</b>	<b>62</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

José Saramago (2000)<sup>1</sup> acreditava que a história é produzida pelos vencedores, contudo, a literatura pode dar voz aqueles que foram vencidos. Segundo Saramago, os historiadores podem explorar as possibilidades narrativas da literatura para complementar as lacunas inerentes ao trabalho historiográfico, mostrando que imaginar não é errado, mas uma forma de enriquecer a compreensão do passado.

O historiador Max Gallo resolveu um dia começar a escrever romances sobre temas históricos por sentir a necessidade de equilibrar por meio da ficção a insatisfação que lhe causava a impossibilidade de expressar na História todo o passado. Foi buscar as potencialidades da ficção, à imaginação, à elaboração livre sobre um tecido histórico definido, o que sentira faltar-lhe enquanto historiador, isto é, as complementaridades duma realidade. Não estava muito longe deste sentimento, suponho eu, o grande Georges Duby, quando escreveu na primeira linha de um dos seus livros: "Imaginemos que....". Precisamente aquele imaginar que antes havia sido considerado o pecado mortal dos historiadores positivistas e seus continuadores de diferentes tendências (Saramago, 2000, p. 12-13).

Segundo Silva e Santos (2021), o historiador além de investigar os fatos, precisa saber contá-los, e pode recorrer a elementos narrativos que a linguagem literária pode oferecer ao profissional da História. De modo similar, o escritor de ficção, ao ambientar sua obra em uma determinada época, pode recorrer ao conhecimento histórico para embasar sua narrativa ficcional. “Diante de tais considerações, nos damos conta de como História e Literatura estão intimamente ligadas e que essa relação supera a incerteza da obra de ficção ser fonte passível de uso para o trabalho do historiador” (Silva; Santos, 2021, p. 206).

[...] a História, ainda que postule ser uma ciência, é ainda assim um gênero literário; a Literatura, ainda que postule ser uma Arte, está diretamente mergulhada na História: é a história que a constitui enquanto um gênero produzido pelo homem e incontornavelmente inserido a temporalidade; e é ainda da História que a Literatura extraí boa parte de seus materiais – seja da história dos historiadores ou da história vivida, mesmo que esta seja a história anônima, vivida diariamente através dos dramas pessoais que não se tornam públicos (Barros, 2010, p. 2).

Nesse sentido, conscientes da conexão entre História e Literatura e do significativo potencial da literatura brasileira para refletir sobre a história do Brasil, a

---

<sup>1</sup> Saramago em palestra proferida quando da concessão do título de Doutor Honoris Causa, oferecido pela UFSC, afirma que o historiador seleciona fatos, e ainda os organiza de maneira coerente, muitas vezes com intenção prévia. Segundo Saramago, a escolha dos fatos exerce-se sempre sobre consensos ideológicos e culturais determinados, que “fazem da História o ramo de conhecimentos menos capaz de surpreender” (Saramago, 2000, p.12).

literatura<sup>2</sup> aqui utilizada como fonte histórica nos possibilita ouvir vozes marginalizadas e subalternizadas. Ao analisarmos as narrativas de Cacau (1933) e Torto Arado (2019), percebemos que o que é contado nessas histórias vai além da ficção, retratando a realidade de inúmeras famílias como a de Zeca Chapéu Grande e de trabalhadores como José Cordeiro, o Sergipano, que vivem à mercê das atrocidades impostas pelos patrões.

O objetivo da pesquisa é estabelecer um diálogo entre História e Literatura para investigar o trabalho rural no Brasil, utilizando as obras Cacau (1933) e Torto Arado (2019) como fontes para compreender as transformações sociais e econômicas no campo. Além disso, analisar como essas narrativas literárias retratam a exploração do trabalhador rural, discutindo a persistência dessas relações exploratórias ao longo do tempo, além de examinar a questão agrária no Brasil e o processo de construção da consciência de classe pelos trabalhadores rurais.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa desdobra-se em objetivos específicos, dentre os quais busca-se analisar a vida e a produção literária de Jorge Amado e Itamar Vieira Junior, relacionando suas obras Cacau (1933) e Torto Arado (2019) aos contextos históricos e sociais em que foram concebidas. Em seguida, investigar a questão agrária no Brasil, o trabalho degradante retratado nas obras e os fatores que levam os trabalhadores rurais a se submeterem a essas condições de exploração. Busca-se também identificar como a consciência de classe é construída pelos trabalhadores rurais em Cacau (1933) e Torto Arado (2019), destacando o papel da educação como ferramenta essencial na disputa pela hegemonia e na superação dos paradigmas impostos pelas classes dominantes.

A partir disso, no primeiro capítulo, buscamos falar sobre a vida e as obras de cada autor e sobre suas motivações para a escrita dos romances. Identificando que os dois se inserem no espectro realista. A obra Cacau, escrita em 1933, apresenta a exploração dos trabalhadores nas plantações de cacau na década de 30, e reflete as disputas por terras vivenciadas por Jorge Amado na infância. Enquanto Torto Arado, escrito em 2019, conta uma história situada nos anos 60, e oferece uma visão

---

<sup>2</sup> Roger Chartier aborda uma questão fundamental na historiografia contemporânea: a questão da narratividade e a relação entre história e literatura. Ele argumenta que os historiadores influenciados por pensadores como Michel de Certeau, Paul Ricoeur e Jacques Rancière, foram obrigados a reconhecer que o discurso histórico não é um reflexo puro e objetivo da realidade passada, mas sempre implica em procedimentos narrativos que organizam os eventos em uma forma coerente e compreensível — ou seja, uma narrativa.

contemporânea das condições de trabalho no campo, a partir das memórias familiares do autor e do seu trabalho como servidor público do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), durante 15 anos, onde viajou pelo interior do Brasil, mais precisamente Bahia e Maranhão.

No segundo capítulo, procuramos na legislação brasileira o conceito de trabalhador rural, conceituamos também, o trabalho análogo à escravidão, que se ampliou nos últimos anos. Trazemos também neste capítulo a estrutura fundiária brasileira que permanece como uma herança histórica que perpetua a exploração e o conflito no campo. Ainda nesse capítulo, abordamos a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que garantiu direitos básicos aos trabalhadores do campo.

No terceiro capítulo, discutimos sobre as teorias de classe contidas em Thompson, atrelando aos conceitos de Gramsci que vão nos oferecer teorias para analisar como as classes trabalhadoras constroem sua identidade e enfrentam os mecanismos de dominação do Estado e da classe dominante

A relevância deste trabalho para a historiografia justifica-se pela necessidade de denúncia à persistente concentração fundiária e o poder das elites agrárias no Brasil que perpetuam a submissão de trabalhadores rurais, refletindo uma realidade histórica marcada pela má distribuição de terras e ausência de políticas públicas eficazes. Além disso, essa pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar a produção de textos que abordem essa temática no campo da História. A partir de dados tão alarmantes podemos constatar que a questão agrária continua importante para entendermos e problematizarmos diversas dimensões que estruturam o Brasil.

Assim, nada mais brasileiro e autêntico do que utilizar a exploração do trabalhador rural na literatura nacional como ponto de partida para refletir a relação do rurícola do mundo real, ser humano de carne e osso dotada da essencial (e ainda muito atacada) dignidade da pessoa humana (Carvalho; Santos, 2019, p. 146).

Na revisão teórica, a pesquisa se baseia na História Social do Trabalho, com o autor Edward Palmer Thompson, que ajuda a refletir que a Consciência de Classe surge a partir de experiências comuns, além da teoria de Hegemonia Cultural em Antonio Gramsci para se pensar a criação de uma base social ampla para um projeto de sociedade dedicada às classes subalternas, as contribuições de Caio Prado Júnior

para examinar a estrutura agrária brasileira e Angela de Castro Gomes para se pensar o conceito de trabalho análogo a escravidão.

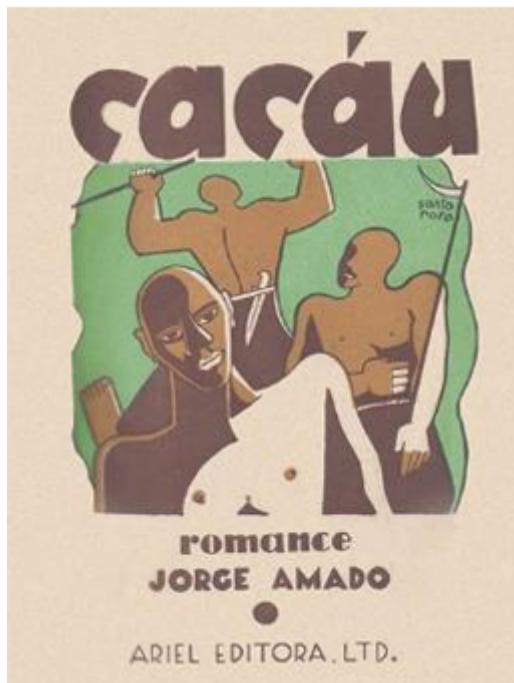
Metodologicamente, o tipo de pesquisa adotado foi de caráter qualitativo com abordagem quantitativa e explicativa. O procedimento utilizado para coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa incluirá a análise textual das obras Cacau (1933) e Torto arado (2019), focando em diálogos, descrições e construção dos personagens. Ademais, também foram analisados teses, artigos e bibliografia sobre o trabalho rural no Brasil e fonte hemerográfica do Portal Armazém Memória (1974).

Na elaboração desta pesquisa, também foram utilizadas entrevistas disponíveis na plataforma YouTube, realizadas com os autores Jorge Amado e Itamar Vieira Junior. A comparação entre as representações literárias e os dados quantitativos busca identificar as continuidades e mudanças na exploração ao longo do tempo, para isso, foram utilizados dados da Comissão Pastoral Da Terra (CPT) - Conflitos no Campo Brasil (2023), Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), Censo agropecuário: resultados definitivos (2017), Ministério Do Trabalho E Emprego (MTE) e Lista suja do trabalho escravo (2023). A abordagem crítica permitirá uma análise da exploração dos trabalhadores rurais como um processo contínuo, adaptado às diferentes configurações econômicas, refletido e denunciado nas obras de Amado e Vieira Júnior.

Ao concluir esta análise, buscamos não apenas denunciar os mecanismos de opressão que sustentam as desigualdades no meio rural, mas também defender a causa do proletariado, promovendo uma compreensão aprofundada da realidade do trabalhador rural no Brasil. Além disso, almejamos que este estudo atue como um catalisador para a formação de um pensamento crítico e emancipador. A construção dessa consciência coletiva é essencial e passa pelo entendimento de que a exploração não é uma questão individual, mas estrutural e coletiva, e que a resistência só é possível por meio da união, organização política e mobilização dos sujeitos subalternizados.

## 2 A VIDA POR TRÁS DA FICÇÃO: AMADO E VIEIRA JÚNIOR EM SEUS TEMPOS

### 2.1 JORGE AMADO E CACAU: ROMANCE E LUTA SOCIAL



**Figura 1 - Capa da 1.ed. do romance Cacau, Ariel Editora (1933)**

Fonte: Wikipédia, 2024

A jornalista, historiadora e pesquisadora baiana Joselia Aguiar (2018), autora do livro “Jorge Amado: Uma biografia”, conta que Jorge Amado nasceu na fazenda Auricídia, em Itabuna, no estado da Bahia, em 1912. Filho de um produtor de cacau e de uma dona de casa, ele viveu boa parte de sua infância e adolescência na cidade de Ilhéus, também na Bahia.

Logo cedo entrou no mundo das letras e já dava indício de que seguiria profissionalmente por esses caminhos, mas, por vontade do pai, acabou indo estudar Direito na Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), entretanto, nunca chegou a exercer a profissão de advogado, se dedicou ao jornalismo e à escrita de romances que ganhariam o mundo (Silva; Santos, 2021, p. 206-224).

Segundo Aguiar (2018), seus livros foram traduzidos para 49 idiomas e diversas vezes adaptados para televisão. Ainda segundo ela, Amado foi o escritor que mais entendeu o Brasil e chegou perto do povo. A jornalista e pesquisadora demorou 8 anos para produzir a biografia, entre escrita e pesquisa.

Sua infância no sul da Bahia foi marcada por experiências que influenciaram profundamente sua obra literária, com seus coronéis, lavradores, jagunços e trabalhadores, moldou não apenas suas primeiras impressões de mundo, mas também seu imaginário literário (Aguiar, 2018).

Dentre os personagens que permeiam estas memórias estão prostitutas, vagabundos, mestre de saveiros, capoeiristas, macumbeiros, jagunços, coronéis, feirantes, aventureiros que fazem parte também de sua produção literária. Nas aventuras do menino grapiúna estão presentes, também, as personagens familiares (Silva; Maciel, 2012, p. 103).

A avó materna de Amado foi uma indígena pataxó caçada a laço por um português, a avó paterna foi uma sinhá branca que se apaixonou por um negro escravizado. Toda essa miscigenação fez com que Amado e seus irmãos fossem chamados de cara de turco, uma expressão preconceituosa com conotações negativas (Aguiar, 2018).

A maioria dos migrantes vinham do interior da própria Bahia ou de outros estados nordestinos, especialmente Sergipe e Alagoas, buscando escapar da seca, como foi o caso de João e Eulália, pais de Jorge Amado:

A maioria migrava de dentro da própria Bahia e de outros estados nordestinos, em especial Sergipe e Alagoas, os fugitivos da seca, como João e Eulália. João vinha de Estância, no estado vizinho Sergipe, ao norte. Eulália chegou de Amargosa, cidade mais ao centro da Bahia. Ao se conhecer, contavam cada qual a própria desilusão amorosa. Ela, aos 27 anos, para sempre magrinha e de cabelos de pouco volume, acreditava-se no barricão, a idade para constituir família tinha sido ultrapassada. Ele, aos trinta, de cabeleira e bigode negro espesso, não era o sujeito roliço que chegaria a ser. Noivos de outros pares, viram seus amores frustrados por falta de dinheiro. O primeiro noivo não podia bancar Eulália. Quanto a João, não tinha o bastante para conseguir a aprovação dos pais da primeira noiva. Casaram-se, pois, um com o outro em 1911, por sugestão de Fortunato Leal, irmão da moça e amigo daquele que se tornava seu cunhado. Para convencer Eulália e João, lançou mão de argumento sensato: se gostam tanto de conversar um com o outro, deviam mesmo se casar. A união, em seu aparente frio pragmatismo, era descrita como pacífica, apesar dos percalços financeiros dos primeiros anos e da branda infidelidade do marido (Aguiar, 2018, p. 10).

Apesar das dificuldades financeiras, o patrimônio erguido por João, pai de Jorge Amado, a partir do cacau o fez ser chamado de coronel. Esse foi um período de muitas lutas pela posse da terra, sua família passou por várias emboscadas, conta Joselia Aguiar (2018).

Isso foi retratado em *O menino Grapiúna*, obra autobiográfica que apresenta memórias afetivas e vivências da infância do autor na região cacaueira da Bahia: “A obra é iniciada com a cena em que o pai do escritor fora vítima de uma tocaia, no ano de 1913, na época das lutas travadas pela posse de terras no sul da Bahia, durante o ciclo do cacau.” (Silva; Maciel, 2012, p. 103).

No arquivo da memória que não emprestava dos pais, os dias de menino grapiúna associavam-se a descobertas sensoriais. O gosto do pitu, da farinha de mandioca, de mangas e sapotis. A visão do mar no Pontal. Aos cinco anos, brincava na praia cavalgando em cacho de cocos verdes, na sua garupa a filha do canoeiro, que tinha sua idade, o fazia entrever o amor. Os doentes e os mortos. Viu partir gente próxima e desconhecida, a maioria das vezes sem volta, sofrendo de varíola — “a bexiga negra” —, impaludismo e tifo. Acompanhou de longe, certa vez, um carregador levar nas costas o corpo de um colega de escola. De tanta convivência com as pestes Jorge acreditava que estaria imune. Nas ruas de Ilhéus, havia de escapar dos tiroteios: quando aconteciam, as crianças paravam o jogo de bola de gude para se esconder. Tanto quanto os velórios, as romarias também ficaram na memória, com os beatos e peregrinos seguindo na direção da Lapa, onde tinha sido dizimada a Canudos de Antônio Conselheiro décadas antes (Aguiar, 2018, p. 14-15).

Jorge Amado tinha o senso crítico do pai e a imaginação da mãe, que foi uma das maiores contadoras de história que se tem notícia, afirma Aguiar (2018):

Os acontecimentos anteriores ao que podia registrar por si mesmo, Jorge contava o que ouvira contar a mãe, narradora de vocação singular, sempre capaz de aumentar um pouco, muito e até inventar enormemente. Eulália operava sua máquina de fabular a qualquer hora, a criar palavras, expressões e enredos inteiros, numa quase realidade paralela. O coronel referendava alguns episódios — e outros tantos não. Nos dois, havia o desejo de exagerar dotes e feitos do filho. Sentiam-se pais de um verdadeiro predestinado. Quem os conheceu notava em Jorge a imaginação da mãe e, do pai, o senso crítico que o fazia definir numa única linha uma personagem, tal seu poder de síntese (Aguiar, 2018, p. 14).

Contudo, na infância não era dos melhores alunos, de acordo com Aguiar (2018), ele gostava mesmo era de ler romances, e em sua infância houve um padre que o incentivou a ler, abria a biblioteca para ele e ainda profetizou dizendo que o rapaz seria um grande escritor. Entregou em suas mãos livros da sua estante particular:

Jorge, aos dez anos, era um dos 370 matriculados naquele início de ano letivo, em 1923, e estava entre os cem internos. Obedecendo ao pedido do padre Cabral, para quem toda a classe devia preparar uma descrição do mar, colocou no papel a memória da praia verde do Pontal, nos arredores de Ilhéus, aquela em que brincava com a filha do canoeiro. Ao trazer os deveres corrigidos, o professor anunciou com ares de solenidade para todos escutarem: “**Este vai ser escritor**”. Mais do que lhe prever um destino, padre Cabral concedeu-lhe uma dádiva concreta: em suas mãos, colocou livros da sua estante particular (Aguiar, 2018, p. 19, grifo nosso).

Na escola Ipiranga, Jorge Amado passou a participar ativamente do movimento estudantil, trabalhou como redator nos jornais locais e fez parte da academia dos rebeldes, um grupo de escritores que desejavam uma literatura que fosse inspirada na cultura local e afro-brasileira (Aguiar, 2018).

De uniforme azul, iniciava-se na vida de quase adulto contando treze para catorze anos, em 1926, quando ia às sessões do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), que reunia a alta-roda intelectual baiana. A lembrança é ambígua: “Se gozávamos a saída à noite, temíamos a cacetação dos discursos”. Estava em voga a eugenio, ideia racista que tornava delicadíssima — e contraditória, para aqueles que a defendiam no IGHBa ou na secular Faculdade de Medicina da Bahia — a situação do próprio intelectual baiano, mestiço como toda a população, mesmo que se dissesse branco. Impressionava Jorge o fato de que, ainda por cima, o Ginásio Ipiranga ocupasse o número 43 da rua do Sodré, o chamado Solar do Sodré, onde o poeta abolicionista Castro Alves morrera ainda muito jovem, aos 24 anos, de tuberculose (Aguiar, 2018, p. 22).

Aguiar (2018) cita que em 1929 Amado conhece seu grande amor de juventude, Maria José Sampaio, conta que foi um namoro intenso, em que logo ficaram noivos. Maria gostava de ler e recebeu vários livros de Jorge, inclusive um feito por ele e seus amigos, onde cada capítulo era uma surpresa para o escritor seguinte. Foi publicado em folhetim no periódico *O jornal*, com o nome Lenita. Jorge Amado decide abandonar os estudos para trabalhar como jornalista em tempo integral e se casar com Maria. Dona Eulália, sua mãe, não ficou nada satisfeita e seus pais decidiram que ele iria para o Rio de Janeiro e só voltaria diplomado (Aguiar, 2018).

De acordo com a biografia, no Rio de Janeiro, ele trabalhou como jornalista e professor de português, mas nos estudos deixou a desejar. Apenas terminou o ginásio porque houve um decreto que instituiu que os alunos poderiam ter o diploma do ensino secundário sem notas altas. O romance com Maria não suportou a distância, mas o importante é que ela guardou várias cartas, o que foi de extrema importância para a concepção da biografia, conta Josélia Aguiar (2018).

Aguiar (2018) afirma que os personagens de Jorge Amado são pessoas reais: “Uma medida dos tantos que ele conheceu, e dos muitos de quem se tornou amigo, tem-se com os 1.211 personagens reais, contados do índice remissivo, que povoam *Navegação de cabotagem* [...] o mais próximo de uma autobiografia a que Amado chegou” (Aguiar, 2006, p. 35).

Gente que ele conheceu, gente que muitas vezes foram esquecidos pelos políticos brasileiros, gente comum, pobre e a margem. Em 1931 ele entra na escola nacional de direito, nessa época já era bastante empenhado em fazer literatura e política, essa inclinação para as causas sociais sempre aparece em seus escritos e em 1932 filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi eleito deputado pelo mesmo partido em 1946 e desligou-se do partido em 1956 (Silva; Santos, 2021, p. 212).

Amado por todas as suas vivências e pela sua militância política, sempre esteve engajado pelas questões sociais, políticas e econômicas, afirma Silva e Santos (2021), principalmente relacionadas à luta pela posse da terra e o domínio do latifúndio, que ele vivenciou e observou durante sua vida na Bahia. Essas vivências se refletem em sua escrita e em várias de suas obras, onde ele aborda a exploração dos trabalhadores rurais e a concentração de terras, bem como a criação de uma consciência de classe. Militante empenhado, logo é eleito membro do comitê dirigente do PCB e, em 1933, escreve o romance que nós abordaremos com mais ênfase: Cacau.

Um indeciso no primeiro livro, assumia a militância de esquerda em Cacau e Suor, os “dois cadernos de aprendiz”, como disse anos depois, e cada um inaugurou as vertentes rural e urbana do romancista que iria se tornar. Antes povoados de intelectuais detidos em circunlóquios intermitentes, seus livros passaram a se desdobrar na ação dos personagens, todos das camadas pobres (Aguiar, 2018, p. 59).

O livro Cacau foi retirado das livrarias por causa dos palavrões, entretanto um amigo jurista o ajudou com essa questão e no final das contas o alvoroço só serviu para aumentar a publicidade do livro, que esgotou em apenas 40 dias.

Cacau saiu com tiragem de 2 mil exemplares. Os palavrões contidos na obra fizeram com que a edição fosse recolhida das livrarias. O nome da vila operária, por exemplo, é Cu com Bunda, porque os fundos das casas se encontram. Contra a ação repressiva, houve a ajuda tão providencial quanto rápida do jurista Cláudio Ganns, que levou o autor e Cruls, o editor, à presença do ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, com quem tinha proximidade. A operação se encerrou, deixando em Jorge a sensação de que seu primeiro sucesso comercial fora incentivado pela censura. Esgotou-se em quarenta dias, com a publicidade que inadvertidamente a truculência policial incentivou. A segunda edição colocou na praça outros 3 mil exemplares (Aguiar, 2018, p. 59).

“Quando lançou Cacau, Jorge recebera uma “sentença de morte” dos filhos do coronel mais famoso de Ilhéus à época, Misael Tavares. Os descendentes não gostaram nada de ter o nome do pai batizando o vilão.” (Aguiar, 2018, p. 84). Jorge Amado foi preso e exilado por conta da sua atuação política, ele foi o autor da emenda constitucional que garantiu liberdade de culto no Brasil, uma das mais importantes lições deixadas por Jorge Amado, principalmente em tempos de fundamentalismo e

intolerância religiosa. Jorge Amado sempre teve uma forte conexão com as religiões de matriz africana, conta Aguiar (2018).

O romance Cacau é o segundo romance de Jorge Amado e um dos primeiros grandes exemplos de sua literatura social e engajada no apelo proletário, publicada em 1933, a obra faz parte da chamada "fase proletária" do autor. É caracterizada por uma narrativa de denúncia, pois aborda as desigualdades sociais e as condições precárias dos trabalhadores rurais e urbanos no Brasil. "Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?"<sup>3</sup> (Amado, 1933, p. 8).

Nessa linha de raciocínio, o crítico da literatura Antonio Cândido não vem a negar toda a vasta e vigorosa produção brasileira antes da década de 30, mas ressalta a importância da ruptura que a escrita modernista proporcionou à literatura, dando espaço a temas da camada humana, com espaços populares. Luís Bueno (2003), outro teórico que analisa o romance de 30, divide essa fase da literatura brasileira em três momentos importantes: o primeiro como "momento da inquietação" (1930-1932), o segundo como "momento de polarização" (1933-1936), auge do romance social, e o terceiro seria "o tempo da nova dúvida" (1937-1939). Foi no segundo momento que Jorge Amado figurou no cenário literário com suas obras iniciais, que seriam fortes representações do romance proletário no Brasil, cuja vertente, no entanto, foi inaugurada pela escritora brasileira Patrícia Rehder Galvão, conhecida como Pagu, em um livro intitulado Parque Industrial, publicado em 1933 (Silva; Santos, 2021, p. 214).

Amado, proveniente da aristocracia rural do cacau, iniciou, por meio da literatura, uma importante mudança ao encontro dos interesses da classe proletária, o que o autor chama de "um deslocamento de classe, o que é bastante característico da geração modernista dos anos 30, a mais politizada e polarizada ideologicamente" (Bergamo, 2023, p. 233).

Para Bergamo (2023), o livro Cacau (1933) é um romance de apelo social incisivo, como uma literatura militante e politizante, que aborda e denuncia conflitos sociais e faz uma ampla analogia com a cultura brasileira e sua formação. Segundo o autor, é característico de suas obras abordar a exploração de trabalhadores rurais e as desigualdades desequilibradas do Brasil.

Os aspectos mais sobressalentes de tal romance de apelo social, na figuração do imaginário amadiano, tornam-se reconhecíveis em obras que dão a ver os

---

<sup>3</sup> Nota escrita por Jorge Amado na abertura do romance Cacau.

impactos do subdesenvolvimento econômico, da modernização incompleta e dos conflitos sociais acirrados, aspectos contraditórios da formação histórica e cultural do Brasil, cujas incongruências principais atinentes à classe e à raça são faces da mesma problemática: a opressão exacerbada do trabalhador do campo e da cidade proporcionada por um sistema de superexploração caracterizado como capitalismo monopolista de ranço colonial (Bergamo, 2023, p. 231).

A crítica ao capitalismo e as denúncias feitas em decorrência das mazelas do povo pobre é típica da geração de 30, geração essa que inspira anos depois Itamar Vieira Junior a escrever *Torto Arado*, segundo o próprio autor, em entrevista a Leandro Karnal<sup>4</sup> (2021).

A própria História na década de 1930 passa por reformulações:

Sem dúvida, desde os anos de 1930 quando surgiu na Europa os primeiros trabalhos que encabeçaram esse movimento teórico e metodológico, foram inúmeras as contribuições dos historiadores que formaram o chamado grupo dos Annales (Matos, 2013, p. 70).

Na França, por exemplo, a Escola dos Annales<sup>5</sup>, assim como outras correntes historiográficas, começaram a dar importância às estruturas econômicas e sociais de longa duração, em vez de se concentrar apenas nos eventos políticos e militares como faziam os positivistas do século XIX. “ Segundo Braudel, o que realmente importa são as mudanças econômicas e sociais de longo prazo (*la longue durée*) e as mudanças geo-históricas de muito longo prazo.” (Burke, 1992, p. 03). Essa quebra de paradigma ajudou a enfatizar como o sistema capitalista moldava a sociedade ao longo do tempo e incentivou severas críticas a este modelo.

Historiadores e intelectuais começaram a criticar o capitalismo ao analisarem a crise econômica mundial. A quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 e a Grande Depressão trouxe à tona as fragilidades do capitalismo e gerou desemprego em massa, pobreza e desigualdade social.

Mais ainda: uma crise econômica mundial de profundidade sem precedentes pôs de joelhos até mesmo as economias capitalistas mais fortes e pareceu reverter a criação de uma economia mundial única, feito bastante notável do

---

<sup>4</sup> O que aprendemos com "Torto Arado"? | Leandro Karnal e Itamar Vieira Junior no Canal do YouTube "Prazer, Karnal.

<sup>5</sup> A Escola dos Annales é uma corrente historiográfica do século XX e propõe uma nova visão dos fatos que era contrária ao positivismo. Seus principais representantes foram Lucien Febvre e Marc Bloch, que também postulavam críticas ao Historicismo: “O principal ponto de articulação das críticas que os Annales desfecham tanto contra os setores mais factuais do historicismo, quanto contra a influência positivista incorporada pela Escola Metodista francesa, refere-se à notória questão da ‘História-Problema’ (...)” (Barros, 2010, p. 9).

capitalismo liberal do século XIX. Mesmo os EUA, a salvo de guerra e revolução, pareceram próximos do colapso. Enquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942; restou apenas uma borda da Europa e partes da América do Norte e da Austrália (Hobsbawm, 1995, p. 14).

A crise econômica e social citada por Hobsbawm (1995) trouxe uma forte desilusão com o modelo econômico vigente e atrelado a isso as ideologias marxistas e socialistas estavam em alta como um modelo alternativo ao capitalismo, “Cacau apresentou um esboço de ideias socialistas, bem como a luta de classes, tudo pela voz dos trabalhadores, apresentados em duas vertentes: o operário da fábrica e o trabalhador das lavouras de cacau, vividos pelo mesmo personagem, José Cordeiro.” (Silva; Santos, 2021, p. 206-224).

José Cordeiro vai descrevendo a vida de alugado na fazenda Fraternidade, nos levando a refletir sobre a separação de classes e a relação opressora entre empregado e patrão, típica das grandes fazendas de cacau. Vemos aí a forma literária sendo subsidiada pela forma histórica, pois a questão das classes e das relações desiguais de poder são históricas. A lembrar que grandes teóricos marxistas dissertaram sobre tal assunto, E. P. Thompson (2001) pensando a “história vista de baixo” e Raymond Williams, pelo viés da cultura (Silva; Santos, 2021, p. 206-224).

De acordo com Bergamo (2023), os escritos da época de forma geral são influenciados por todo esse contexto global, o novo realismo foi um movimento que surgiu logo no início dos anos 30, com interferência direta dos movimentos socialista, marxista e comunista, desse modo, os artistas do novo realismo estavam preocupados em criar uma arte voltada para a realidade, ou seja, às questões sociais, culturais, políticas e econômicas pelo qual passava a sociedade daquele período.

Em razão da necessidade de eficácia comunicativa junto ao público, o romance, numa retomada de sua vocação verista primordial, sob as novas bases ideológicas, apostava majoritariamente em um conteúdo sintonizado com os impasses estruturais e transfigurado em formas estéticas validadas. Tal realismo reformulado, em atendimento ao movimento da História, que combatia o modelo econômico capitalista e burguês, expandiu-se por diversas partes do Globo. O campo intelectual de esquerda da primeira metade do século XX, na defesa de uma arte de intervenção política, propunha abertamente a tensa articulação entre a forma literária e o processo histórico. A narrativa de realce social, espelhando uma consciência aguda do subdesenvolvimento, passa a retratar a exploração do trabalho assalariado do campo e da cidade, a luta pela posse da terra em face do domínio do latifúndio e a presença relevante de novos agentes no espaço público, como o trabalhador, a mulher, a criança, o negro (Bergamo, 2023, p. 232).

Se em seu primeiro romance País do Carnaval (1931) ele ainda apresentava certa indefinição política, em Cacau (1933) e Suor (1934), assumiu abertamente uma

militância de esquerda, refletindo as lutas sociais e as condições de vida dos trabalhadores.

O romance proletário tinha sido um acontecimento literário em todo o mundo. De uma tradição que começara com os primeiros anarquistas e socialistas europeus em fins do século XIX, seus autores eram, em geral, saídos das classes trabalhadoras e publicados por editoras de esquerda. Na Rússia dos primeiros anos revolucionários, mesmo os anteriores aos da era stalinista, acreditava-se na vocação do gênero para incentivar o letramento da população. A onda se espalhou por Estados Unidos, Japão e China entre as décadas de 1920 e 1930. Entre os lidos por Jorge, os títulos tratavam da luta de trabalhadores e negros, de histórias da diáspora judaica. Soviéticos: A derrota, de Alexandre Fadeiév; Cimento, de Fiódor Gladkov; A torrente de ferro, de Alexandre Serafimovitch. Americanos: Judeus sem dinheiro, de Michael Gold; Manhattan Transfer, de John dos Passos. Europeus: Passageiros de terceira, de Kurt Klaber; Batouala: Um romance negro, de René Maran. Nota-se que não elencava Dostoiévski ou Tolstói, lidos por seus amigos escritores no Rio, nas recordações de leituras da época (Aguiar, 2018, p. 58).

Segundo Vieira e Silva (2012), Amado, militante de esquerda, teve seus livros queimados em praça pública, chegou a ser exilado, foi preso, seus livros foram proibidos no Brasil e ele sofreu forte e ininterrupta vigilância do governo. A obra de Jorge Amado propositalmente é uma propaganda partidária, é depositado em Cacau (1933) um viés de denúncia dos meios de opressão e em favor do proletariado. Segundo Gomes (2018), Jorge Amado dizia que escrevia apenas o que observava e, portanto, manteve-se rigorosamente honesto:

Amado tentou escrever um romance comprometido com a transformação da sociedade, numa perspectiva que atendia à política do Partido: o intelectual deveria produzir ficção com força de "documento", denunciando a existência de segmentos sofredores da população (Vieira; Silva, 2012, p. 57).

Jorge Amado inaugurou, pela literatura, uma análise da realidade econômica brasileira, ele viveu na era dos extremos: o breve século XX. Eric Hobsbawm (1995) define esse período histórico que se estende de 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, até 1991, com o colapso da União Soviética, como um período caracterizado por mudanças dramáticas e intensas que transformaram profundamente o mundo em termos políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo a descolonização de muitos países da África, Ásia e Oriente Médio.

A literatura de 30 e seus escritores como Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins do Rego, entre outros, segundo Marini (1969), retratam as contradições do Brasil e da crescente modernidade que foi imposta de cima para baixo e que gerou

exclusão social. Os escritores desse movimento retratam personagens que sofrem com essas contradições e as falhas de uma modernização que perpetua as desigualdades existentes.

A representação arrojada do cabra, do enxadeiro, do roceiro, do peão, do pescador, do vaqueiro, do proprietário arruinado, do herdeiro decadente, da mulher submissa, do negro dominado, do índio aviltado redimensionava os dilemas da formação nacional incompleta e deixava em carne viva os extravios da modernização conservadora pelo alto (Bergamo, 2023, p. 235).

Mulher submissa, negro dominado, índio aviltado são representações que denunciam a opressão racial, etnica e de gênero. A mulher submissa é representação da desigualdade de gênero, o negro dominado a herança da escravidão e o racismo, o índio aviltado a exploração e o desrespeito às culturas indígenas. Essas são preocupações dos escritores da geração de 30:

Entra em cena uma literatura de feições realistas e de vocação quase sociológica, atenta a cenários e personagens até então pouco contemplados por nossos escritores: o migrante nordestino, a temática da seca, a decadência das oligarquias rurais e também o proletariado nascente, a luta de classes e a miséria urbano-industrial. Além de Jorge Amado merecem destaque nomes como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Amando Fontes, Érico Veríssimo, Dionélio Machado, José Lins do Rego, Patrícia Galvão (Pagu), Octávio de Farias, Lúcio Cardoso e muitos outros que, mais tarde, entrariam para os compêndios de história literária como alguns dos mais notáveis representantes do chamado “romance social” da década de 1930 (Rossi, 2009, p. 25).

A produção intelectual de vários pensadores do século XX deu origem a obras fundamentais que analisaram a formação histórica, cultural e social do Brasil, propondo explicações para o "atraso" do país e possíveis caminhos para seu desenvolvimento.

Com um envolvimento direto nas disputas ideológicas que grassavam pelo campo político, a geração de intelectuais que iniciaram suas carreiras nos anos 1930 se mostrou sensivelmente mobilizada em torno do desafio de compreender o que eram a sociedade e a cultura brasileiras: suas instituições, seu Estado, a formação de seu povo e sua composição étnica e cultural, sua identidade nacional. Enfim, temas voltados para a elaboração de retratos e diagnósticos da realidade brasileira, capazes de explicitar as razões de nosso atraso como nação e ao mesmo tempo indicar rumos para o ingresso do Brasil numa nova era de progresso e modernidade. De modo compreensível, data daquele momento a produção de alguns dos ensaios históricos e sociológicos seminais de nosso pensamento social, através dos quais se forjou uma postura analítica renovada sobre o nosso passado. Aqui vale lembrar a trinca de ensaios, hoje considerada clássica: *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Evolução política do Brasil* (1933), de

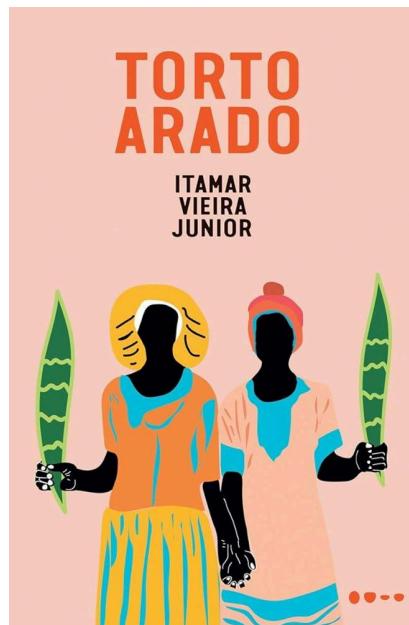
Caio Prado Júnior, e Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (Rossi, 2009, p. 24).

Em uma entrevista de 1986 à antiga TVE do Rio, o entrevistador faz o seguinte questionamento a Jorge Amado: “Dizem que Villa-Lobos compunha a mesma música, que Fellini vive fazendo o mesmo filme e que Jorge Amado escreve sempre o mesmo livro. A repetição de temas seria um privilégio dos gênios?” Amado respondeu à questão: “É um romance da gente baiana, do campo, da região do cacau, do sertão e, sobretudo, da cidade de Salvador. Os personagens são os mesmos, os ambientes e os temas, fundamentais, são os mesmos”, disse o romancista. “Não sei se é privilégio ou limitação”, acrescentou.

Outra declaração de Amado que nos faz refletir acerca de sua produção da década de 1930 é a entrevista que ele concede à Alice Raillard, em 1990, posteriormente, publicada como livro, sob o título *Conversando com Jorge Amado*. Nesta entrevista, o autor fala um pouco das suas intencionalidades e de seus colegas escritores modernistas: “não nos pretendíamos modernistas, mas modernos: lutávamos por uma literatura brasileira que, sendo brasileira, tivesse um caráter universal; uma literatura inserida no momento em que vivíamos e que se inspirava em nossa realidade, a fim de transformá-la” (Amado apud Raillard, 1990, p. 36).

Todo esse contexto social, político e econômico de forma global vai influenciar na escrita militante de Amado, em *Cacau* (1933), ele expressa sua solidariedade ao proletariado e denuncia as condições opressoras enfrentadas pelos trabalhadores rurais no Brasil.

## 2.2 ITAMAR VIEIRA JUNIOR: TORTO ARADO E AS VOZES SILENCIADAS DO SERTÃO



**Figura 2 - Capa da 1.ed. do romance Torto Arado, Todavia Editora (2019)**

Fonte: Site da Editora Todavia, 2024

Em Torto Arado (2019), Itamar Vieira Junior tece um enredo de lutas e resistências que gira em torno de duas irmãs, unidas e castigadas pelos silêncios convenientemente mantidos no tempo pelas cicatrizes da escravidão (Gouveia; Almeida, 2021). A obra revela o poder da terra, capaz de moldar destinos e subjuguar a dignidade humana em troca de um pedaço de chão.

A ineficiente Lei Áurea é escancarada no romance que leva à reflexão acerca da (sobre)vivência dos moradores do sertão do Brasil que, como herança, só possuíam os legados da escravidão, da exploração, da opressão e da violência a que foram, de geração em geração, submetidos (Gouveia; Almeida, 2021, p. 101).

Assim como Jorge Amado em Cacau (1933), Itamar Vieira Junior em Torto Arado (2019), aborda as condições de vida dos trabalhadores rurais, evidenciando como eles eram explorados por donos de terras.

Essas pessoas recebem permissão dos donos de terras e fazendas para ali permanecerem em troca de trabalho, tendo como único pagamento poder construir precárias casas de pau-a-pique que se desfazem com as chuvas (construções de tijolos eram proibidas) e manter um pequeno roçado para se alimentarem (Corsini, 2021, p. 115).

Escrito em primeira pessoa, dividido em 3 partes, narrado por 3 mulheres sendo uma delas uma entidade do jarê, a Santa Rita Pescadeira, a história de Torto

Arado (2019) se desenrola no sertão da Bahia, mais especificamente em uma fazenda fictícia chamada Água Negra, localizada na Chapada Diamantina.

Torto arado venceu o Prêmio LeYa de Romance em 2018 e foi primeiramente lançado em Portugal. No Brasil, foi publicado em 2019, com recepção calorosa da crítica e do público e arrebatou os Prêmios Jabuti e Oceanos de 2020. O impacto causado pelo romance evoca reflexões acerca dos rumos da literatura brasileira contemporânea. Em meio ao boom recente da autoficção, surge uma escrita que, narrando uma história situada nos anos 60, aborda questões que se apresentam ao leitor como reconhecíveis no mundo hodierno, como o racismo e a servidão, porém deslocadas para um cenário rural, onde se mesclam o sólito e o insólito (Carreira, 2021, p. 186).

Segundo Moura, Assis e Leal (2022), a Chapada Diamantina foi o destino de Itamar para realizar suas pesquisas para o doutorado em estudos étnicos e africanos, onde conviveu intensamente com os moradores da região, conheceu o cotidiano, as dores e a espiritualidade dessa população. Além de acadêmico, é funcionário público, a exemplo de outros tantos literatos que possuem profissões paralelas, pois segundo Karnal (2021), são poucos que podem viver apenas da literatura. Sua prática universitária atrelada às suas experiências como funcionário público do INCRA foi vetor para a concepção do livro.

Leandro Karnal: [...] além dos nomes, você diz que coleta alguns em campo... O seu olhar sobre a Chapada, em particular, o olhar sobre a Bahia, não é um olhar externo. Por exemplo, o olhar de Euclides da Cunha é de um grande escritor, completamente paulista, urbano e preconceituoso em tantos sentidos com o que ele estava vendo na destruição de Canudos. Apesar disso, há algumas identidades que ele tem com a narrativa. Mas a sua narrativa está mais próxima de uma autora muito famosa aqui em São Paulo, recuperada na década de 60, que é a Carolina Maria de Jesus. Parece uma narrativa de dentro, lembra um pouco Quarto de Despejo, com aquele fluxo de consciência.

Há algo de autobiográfico? É um misto de memória familiar com o trabalho no INCRA, seus estudos de graduação e pós-graduação?

Itamar Vieira Junior: Acho que sim, há uma vontade de conhecer uma memória familiar que eu fui impedido de acessar, no sentido de que a gente não consegue ir além dos nossos avós. Muita coisa, muita memória, foi apagada. Meu pai, que foi criado no campo até os 15 anos, foi criado pelos avós dele, que são meus bisavós. Eles eram agricultores, plantavam em terras de outrem, num trabalho que funcionava quase como servidão. Esse universo rico, que também conheci ao longo da vida como servidor do INCRA, foi marcante.

Como você bem falou, eu encontrei muitas pessoas e histórias. É um Brasil que não é tão conhecido. Essas histórias me remeteram à história do próprio país, à formação do país e à forma como o campo ainda tem uma vida pulsante, ativa, inexplicavelmente pouco representada na literatura

contemporânea. Foram essas ausências e vontades que me levaram a escrever essa história.

Mas é uma história que começou muito inspirada e motivada pela própria literatura. Digo isso porque a primeira versão dessa história era um tanto diferente. Embora o mote fosse o mesmo – a história de duas irmãs, a relação delas com o pai e com a terra –, a inspiração veio dos romances da geração de 30 e 45: Raquel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, e até a poesia do João Cabral de Melo Neto, como você mencionou. Eu não tinha tanto contato com o campo, apenas pelas memórias do meu pai. Mas a vontade de escrever nasceu justamente com a leitura dessas obras (Prazer Karnal, 2021 [08min50s]).

Seus avós viveram uma realidade muito parecida com a qual é retratada no livro, conta Vieira Junior (2021). Itamar começou a escrever seu romance ainda na infância, rememorando histórias de sua própria família, inspirado por escritores da geração de 30 (Prazer Karnal, 2021).

Gostaria de começar falando um pouquinho mais de Itamar Vieira: ele é geógrafo e antropólogo, obteve seu doutorado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, desenvolvendo pesquisas etnográficas sobre a formação de comunidades quilombolas no interior do Nordeste brasileiro; é também analista do INCRA, órgão responsável pela regularização de terras e assentamentos rurais e pela reforma agrária no Brasil. Torto Arado, que havia começado a escrever ainda jovem, bem antes do doutorado, parece ter sido um exercício de dar voz às histórias e às experiências de pessoas que ele foi encontrando em suas pesquisas etnográficas, especialmente no Recôncavo Baiano e na região da Chapada Diamantina. Arrisco traçar aqui um paralelo entre William Faulkner, que escreveu muitos de seus romances em um cenário imaginário — o Condado de Yoknapatawpha, uma ficção sobre o sul profundo dos Estados Unidos — e a obra de Itamar Vieira, que desenvolve sua ficção em um cenário real e concreto, pano de fundo para histórias de pessoas de carne e osso que ele foi encontrando ao longo de seus estudos de campo e que revelam o nosso Brasil profundo (Corsini, 2013, p. 114).

Itamar Vieira Junior, em entrevista à TV BRASIL (2023), menciona que não gosta do termo regionalista por estabelecer uma hierarquização, visto que pode ser entendido como uma forma de centralização cultural. Comumente, uma obra é classificada como regionalista quando é comparada a uma literatura oficial e centralizada no eixo Rio-São Paulo, pois tudo que é produzido no interior ou fora dos grandes centros urbanos é considerado diferente, mesmo refletindo, na verdade, uma parcela significativa da experiência nacional. Vieira Junior (2023) escreve a respeito do que é o centro para ele, diz isso em tom de crítica ao ser introduzido nesse espectro regionalista.

A discussão suscitada pela resenha do romance Torto Arado, escrita por Raquel Carneiro e publicada na revista *Veja* de 15 de dezembro de 2020 com o título de “Com Torto arado, Itamar Vieira Júnior dá novo fôlego ao romance regional”, aponta para um debate que há algum tempo tem dividido opiniões na academia. Segundo Pelinser e Alves (2020, p.3), de um lado, há aqueles que, como Pozenato, creem que a “percepção das relações regionais é vista como um modo adequado de entender como funciona, ou pode funcionar, o processo de mundialização de todas as relações humanas” (Pozenato, 2003, p. 149); de outro, e com visível predominância, aqueles que atrelam “à noção de regionalismo uma concepção reduzida do fazer artístico” (Pelinser; Alves, 2020, p. 3).

Torto Arado (2019), embora profundamente enraizado na cultura e nas dinâmicas do sertão baiano, transcende a categorização regionalista. Primeiro porque ele renega essa hierarquização da literatura, segundo por abordar temas universais, como desigualdade social, relações de poder e memória coletiva. Deste modo, Itamar demonstra que o “regionalismo” pode ser tanto uma escrita de resistência quanto um meio de dialogar com questões mais globais, evidenciando a continuidade e a relevância dessa abordagem na literatura contemporânea.

A fazenda fictícia denominada Água Negra, onde se passa o enredo da obra em estudo, retrata a perpetuação da exploração colonial dos grandes donos de terras, os quais monopolizavam o poder. Muitos latifúndios, ainda no século XXI, continuam a impor, de forma velada, a escravização dos trabalhadores rurais (Carreira, 2021, p. 191).

O realismo representativo em Torto Arado revela duas faces: repressão e resistência. O cativeiro ao qual os personagens são submetidos não prende a força representativa de Belonísia diante do povo da lavoura. A sua deficiência e consequente marginalização têm uma profunda relação com a constante exploração do povo do campo. A personagem “engendra realidades que parecem ficção” (Carreira, 2021, p. 196), todavia, nada é ficcional (Gouveia; Almeida, 2021, p. 106).

Carreira (2021), aborda a análise proposta por Schøllhammer, que evoca Jakobson e outros autores para refletir sobre as transformações do realismo literário, suas mutações ao longo do tempo e as maneiras pelas quais a literatura contemporânea brasileira responde a esses debates.

Jakobson (1971) nos lembra que a linguagem do realismo não busca reproduzir diretamente a realidade material, mas a forma como a linguagem é usada para representá-la. Esse princípio é revisitado na escrita literária dos anos 1960, marcada pelo neorrealismo, que transgrediu convenções discursivas para aproximar-se do real

por meio de uma representação mais crua e fragmentada, e pela literatura contemporânea brasileira, que abandona um compromisso rígido com a verossimilhança e explora novos modos de inscrever o real. Segundo Itamar Vieira Junior, em entrevista concedida a Eliana Alves Cruz, no programa Trilha de Letras:

Eliana Alves Cruz: "Os seus livros têm essa coisa mágica e exploram a religiosidade de forma muito profunda. Você concorda com García Márquez, que dizia que 'mágica é a realidade'? Itamar Vieira Junior: "Eu concordo, mas também refuto essa ideia quando tentam me filiar a alguma subcorrente literária, como a da literatura mágica. Para mim, isso não faz sentido. No fundo, o que faço é interpretar e narrar outras maneiras de viver e existir. Essa dimensão religiosa não pode ser ignorada, pois faz parte da vida dos brasileiros. Eu venho de uma região e de um estado onde a religiosidade é algo fundamental, até mesmo para compreendermos a vida em sociedade. Cresci em uma casa e em uma família onde, na ausência de explicações objetivas para as coisas que perguntávamos ou queríamos entender, muitas vezes se creditava ao mágico ou ao místico" (TV Brasil, 2023 [11min25s]).

Ele explica que a religiosidade não é um elemento em segundo plano, mas sim algo fundamental para compreender a vida em sociedade no Brasil. A crítica sutil de Itamar é voltada à visão que ignora ou marginaliza a dimensão religiosa e espiritual na análise cultural e literária. Itamar sugere que, para muitos brasileiros, o mágico ou místico não é algo externo ou imaginado, mas parte real de como se interpreta e explica o mundo, principalmente em contextos onde explicações objetivas podem ser incompreensíveis ou insuficientes.

É com realismo que Itamar Vieira Junior critica a concentração de terras e a ausência de direitos dos trabalhadores. Essa conjuntura econômica demonstra a perpetuação de um sistema hierárquico, o legado da escravidão.

Nesse campo desigual, Severo levantou sua voz contra as determinações com que não concordávamos. Virou um desafeto declarado do fazendeiro. Fez discursos sobre os direitos que tínhamos. Que nossos antepassados migraram para as terras de Água Negra porque só restou aquela peregrinação permanente a muitos negros depois da abolição. Que havíamos trabalhado para os antigos fazendeiros sem nunca termos recebido nada, sem direito a uma casa decente, que não fosse de barro, e precisasse ser refeita a cada chuva. Que se não nos uníssemos, se não levantássemos nossa voz, em breve estaríamos sem ter onde morar (Vieira Junior, 2019, p. 197).

As tensões em torno da posse da fazenda Água Negra nos mostra como a terra é fonte de poder e identidade, especialmente em um contexto onde a posse da terra está associada à sobrevivência e ao pertencimento.

Entrevistador: O Incra cuida da reforma agrária. Em que capítulo estamos dessa novela brasileira, que já falamos tanto sobre ela? Itamar Vieira Junior: Parece que, nesse caso, eu vou ter que deixar um pouco o otimismo de lado. Porque andamos, andamos, e pouca coisa foi feita em relação a isso, Marcelo. O Brasil é um país ainda de grande concentração fundiária, e isso é um problema para nossa sociedade, né? **Porque é um dos pilares da desigualdade.** Quando se fala de reforma agrária — e para quem vem de famílias que trabalharam na terra —, às vezes se pensa que uma pequena propriedade vai ser invadida, que a reforma agrária vai tomar conta da minha terra. A Constituição já é bem clara em relação a isso: precisa ser uma grande propriedade, e ela precisa ter uma função social. Se ela não tem função social, se ela não produz, ela é passível de desapropriação. Porque há um interesse — acho que há um interesse — para a economia do país, há um interesse social para o país, em realizar essa reforma agrária. Eu sempre vou para a questão alimentar, né? E aí penso: vivemos um momento difícil no nosso país. Um grande contingente de pessoas está em situação de insegurança alimentar. Há um número expressivo — são milhões de pessoas — que passam fome todos os dias. E é muito curioso porque, se por um lado o Brasil depende de commodities para a balança comercial, para a economia do país, exportando alimentos agrícolas para fora, o Brasil também precisa alimentar sua população. E aquilo que chega à nossa mesa, que nós consumimos — a horticultura, o arroz, o feijão —, em grande parte, é produzido por pequenos e médios agricultores. Então, a reforma agrária é crucial para a segurança alimentar do país. E a gente precisa, de uma vez por todas, levar isso a sério. Porque nós não comemos commodities (Provoca, 2022 [20min17s], grifo nosso).

A narrativa de Itamar mostra também como as questões de raça, gênero e classe devem andar lado a lado se quisermos uma sociedade menos desigual. As protagonistas, Bibiana e Belonisia são mulheres negras e trabalhadoras rurais que vivem em um mundo patriarcal e racista.

Me levantava logo quando o via se mexer na cama, antes de o sol levantar. Mas era só acordar que vinha mais queixa: ou o café estava ralo como xixi de anjo, ou estava forte, uma borra de amargo. Procurava enxada, procurava foice, coisas que eu nem havia mexido. E se ele mesmo colocasse as coisas num lugar diferente, só por não lembrar, perguntava «mulher, onde está isso?», «onde está aquilo?», e sentia aflição, parava o que estava fazendo para ajudar a procurar. Se eu encontrasse, era como se ele tivesse feito, nem dizia palavra para agradecer. A coisa ficou tão ruim que eu me antecipava, nem esperava ele pedir, já dava tudo em suas mãos: cinto, sapato, chapéu, gibão, facão, só para não o ouvir chamando «mulher». Me sentia uma coisa comprada, que diabo esse homem tem que me chamar de mulher, minha cabeça agitada gritava (Vieira Junior, 2019, p. 45).

A espiritualidade é algo marcante na narrativa e, é justamente por isso que alguns críticos o tentam enquadrar no realismo mágico, como citado anteriormente. Vale salientar que o jarê, representado ao longo da obra, é uma religião de matriz afro-brasileira praticada principalmente na Chapada Diamantina. É uma religião onde

o sincretismo é muito forte, que atrela características do Candomblé, do Catolicismo e de tradições indígenas, a qual representa uma expressão religiosa única da região.

Ao se aproximarem da porta de nossa casa, Crispina tombou no chão. Estava suja, tinha um cheiro ruim de suor, urina e flores mortas. Vi o horror se instaurar nos olhos de minha mãe. Não era a primeira, nem segunda, nem terceira vez que chegava alguém desvairado. E certamente não seria a última que se internaria em nossa casa, como diziam que faziam num hospital da capital para os que enlouqueciam. Não eram hóspedes, visitas ou convidados. Eram pessoas desconectadas de seu eu, desconhecidas de parentes e de si. Eram pessoas com encosto ruim, conhecidos e também desconhecidos de todos. Eram famílias que depositavam suas esperanças nos poderes de Zeca Chapéu Grande, curador de jarê, que vivia para restituir a saúde do corpo e do espírito aos que necessitavam. Desde cedo, havíamos precisado conviver com essa face mágica de nosso pai. Era um pai igual aos outros pais que conhecíamos, mas que tinha sua paternidade ampliada aos aflitos, doentes, necessitados de remédios que não havia nos hospitais, e da sabedoria que não havia nos médicos ausentes daquela terra (Vieira Junior, 2019, p. 45).

As influências africanas trazidas pelos negros escravizados, especialmente de origem banto e nagô com a influência do catolicismo popular da época colonial e tradições indígenas, contribuíram para sua formação, uma manifestação da resistência cultural e espiritual das comunidades da Chapada Diamantina.

Itamar Vieira Junior começou a escrever *Torto Arado* (2019) ainda na adolescência, conta Figueiredo (2020), rememorando as histórias de seus pais. Os nomes de seus personagens que aparentemente podem soar diferentes, esquisitos porém eloquentes, são inspirados no povo. Seu trabalho como servidor público lhe proporcionou conhecer muita gente e muitas histórias:

*Torto arado* começou a ser escrito quando o autor tinha apenas dezesseis anos, mas o texto original, com cerca de 80 páginas, perdeu-se durante uma mudança da família. Nas muitas entrevistas concedidas pelo autor, este afirma que, ao retomar a escrita, cerca de vinte anos depois, a história se modificou, sofrendo a influência da sua experiência como geógrafo e funcionário do INCRA, que o levou a um contato mais próximo com os moradores do sertão baiano e maranhense e à percepção de um Brasil diverso dos meios urbanos, onde as pessoas vivem em conflito pela terra. Se, por um lado, o romance fixa o início da ação na década de sessenta do século XX e em um contexto rural, por outro, se permite migrar do local para o universal, ao retratar a servidão dos trabalhadores de Água Negra como espelhamento da exploração do homem do campo que persiste no mundo contemporâneo. As questões que *Torto arado* traz à baila não são, portanto, apenas de um tempo passado, pois estão bem presentes no Brasil de hoje e, como pontua Eurídice Figueiredo, falam ao mundo (Figueiredo, 2020).

Zeca Chapéu Grande por meio de sua ação como curandeiro consegue que o prefeito permita a construção de uma escola na fazenda, porque, embora analfabeto, sua maior ambição é que suas filhas e os filhos dos demais trabalhadores tenham acesso à educação (Carreira, 2021). O que se alinha com o que veremos mais adiante que, segundo as teorias de Edward Palmer Thompson, no livro *Costumes em Comum*<sup>6</sup> (1998), as resistências se constituem dentro das tradições e dos costumes.

A construção de uma escola, decisão resultante de negociações com os donos de Água Negra, foi um marco nas vidas dos personagens. Como evocando Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1972/2016), a partir do acesso à educação os moradores/trabalhadores vão tomando consciência da condição de exploração e de exceção em que vivem e da necessidade de lutarem por seus direitos, por justiça e uma vida digna. Quilombo, que é sinônimo de resistência, é também um nome para designar a luta, como confirma Bibiana nas páginas finais: “a nossa história, de sofrimento e luta diz que nós somos quilombolas” (Corsini, 2021, p. 116).

Assim como a Geração de 30 focou em questões sociais e políticas, abordando as desigualdades sociais, a exploração do trabalhador rural e urbano e os conflitos de classes em uma época de muitas mudanças políticas, ressalta-se que Torto Arado (2019) foi lançado no mandato do presidente Jair Bolsonaro, que adotou políticas controversas em áreas como meio ambiente, direitos indígenas, quilombolas e reforma agrária (Senado, 2020).

De acordo com o Senado (2020), o governo de Jair Bolsonaro destacou - se por uma postura de enfraquecimento das regulamentações ambientais e por flexibilizar normas para o uso de terras indígenas, além de um discurso hostil aos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Houve retrocessos nas políticas de direitos humanos e nas questões agrárias e ambientais. Com isso, destacamos o papel da literatura que, segundo Itamar:

[...] nos permite viver a vida do outro, né? A gente se desloca pro lugar do outro, a gente exerce a alteridade, a gente se vê no outro. [...] ela alarga a nossa visão de mundo. Acho que alarga, nos dá empatia pela vida do diferente (TV Brasil, 2021 [13min07s]).

Ainda sobre o poder da literatura, ele destaca o livro *Amada* de Toni Morrison, uma história baseada em fatos reais, ambientado em 1873, período em que os Estados Unidos começavam a lidar com a escravidão recém-abolida:

Tem um outro livro dela que é assombroso e que fala sobre a América, sobre esse processo da escravidão, que é o *Amada*. Esse livro é, para mim, um

---

<sup>6</sup> Nesta obra fundamental do campo de estudos denominado "história a partir de baixo", Thompson investiga o significado, a permanência e a transformação de certos costumes populares do século XVIII inglês.

exemplo do poder da literatura. Sempre que preciso falar sobre isso, corro a ele. E não estou dando nenhum spoiler, porque, no prefácio da Toni Morrison, ela mesma explica o que inspirou a história. Ela conta sobre uma mulher fugitiva que, ao ser alcançada pelos seus algozes, acaba matando um de seus filhos. Para qualquer um de nós, isso pode parecer algo terrível, algo inimaginável, mas, conhecendo as subjetividades dessa mulher e todo o sofrimento pelo qual ela passou, começamos a entender a sua percepção de liberdade.

No caso dela, a morte era uma forma de libertação, porque ela não queria que sua filha passasse pelos horrores que ela viveu. Falando assim, pode parecer algo simplista, mas é a literatura, com toda a sua exuberância e magnitude, que consegue dar profundidade a essa história e nos ajudar a compreender.

A literatura tem o poder de nos colocar no lugar daquela mulher, de nos transportar para uma história que não vivemos. E isso é fundamental, inclusive, para compreendermos a história hoje. O Brasil e a América são continentes com um passado à nossa frente. Precisamos entender a história para compreender o presente.

A literatura, mesmo que não seja rigorosamente histórica – sem a preocupação estrita com documentos e dados factuais –, permite que adentremos as subjetividades das personagens. Ela nos dá a chance de sentir, ainda que em parte, o que elas sentiram e viveram. Acho esse poder da literatura fabuloso. Talvez seja por isso que tenho tanta fé nela e me dedico a ela, mesmo nas horas vagas (Prazer Karnal, 2021 [50min48s]).

O fato do livro ter tido tanto alvoroço pode ser visto como um reflexo da busca crescente por histórias que abordam realidades de grupos invisibilizadas, e que busca dar protagonismo a personagens femininas e afrodescendentes, num momento em que a representatividade e as vozes subalternas ganhavam mais espaço nas discussões sociais. Isso nos leva a crer que o cenário político, social e econômico permanece o mesmo no Brasil, ainda que, apesar disso, haja uma disputa pela hegemonia.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Gruppi (1978) define hegemonia em Gramsci como a capacidade de viabilizar uma base social ao Estado proletário. Nessa acepção, pode-se afirmar que a hegemonia do proletariado se realiza na sociedade civil, ao passo que a ditadura do proletariado é o aspecto estatal [no sentido restrito] assumido pela hegemonia.

### 3 TRABALHO RURAL E DESIGUALDADE NO BRASIL: ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

#### 3.1 O TRABALHADOR RURAL

A exploração no meio rural brasileiro, frequentemente denunciada pela CPT, reflete práticas que remontam ao período colonial e escravista. Jornadas extenuantes, ausência de remuneração justa, servidão por dívida e restrição de liberdade. Essas práticas estão ligadas à persistência de "restos escravistas" mencionados por estudiosos como Magalhães (2022)<sup>8</sup>, que enfatizam que o modelo colonial de exploração da força de trabalho foi adaptado às necessidades do capitalismo contemporâneo, mantendo os trabalhadores rurais em condições degradantes.

A comparação do trabalhador rural com a escravidão foi um recurso utilizado em várias situações, entre elas, nas discussões parlamentares, sobretudo de Fernando Ferrari, o grande articulador das leis acerca da questão agrária brasileira nos anos 1950 e 1960. Sua obra "Escravos da Terra", publicada em 1963, reúne vários de seus discursos, suas entrevistas e manifestações sobre a questão agrária. Ferrari parte da constatação de uma imperiosa necessidade de atuação no campo, o próprio título da obra deixa clara sua visão a respeito do trabalhador e o trabalho do campo. A constatação do autor acerca do pauperismo no Brasil possuía uma finalidade bem específica, a promoção da reforma agrária, que para o deputado era condição dependente de 90% dos demais problemas brasileiros (Magalhães, 2022, p. 35).

Segundo a Lei N° 5.889/73, o "trabalhador rural é toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário". O empregador rural, por sua vez, é aquele que explora diretamente, ou por meio de prepostos, atividades agropecuárias e florestais, independentemente da natureza jurídica da empresa ou do proprietário.

A previsão legislativa acerca desse tipo de trabalho mais pertinente está na Lei nº 5.889, de 1973, chamado de Estatuto do Trabalhador Rural, o qual dispõe, em seu artigo 2º, que trabalhador rural "[...] é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário". Logo, numa exegese dessa norma, tem-se que o trabalhador rural é definido legalmente pela atividade desenvolvida por seu empregador e pela localidade em que presta os serviços (Carvalho; Santos, 2019, p. 158).

Apesar de alguns avanços legislativos, como o Estatuto do Trabalhador Rural (1973), podemos observar como esses trabalhadores ainda continuam vivenciado

---

<sup>8</sup> História Do Estatuto Do Trabalhador Rural: Embates Políticos Na Configuração Da Extensão Da Legislação Trabalhista Ao Campo No Brasil (1960-1963)

situações de trabalho degradante e exploratório. Segundo Magalhães (2022), há continuidade do modelo econômico agrário baseado na concentração de poder e na resistência às transformações. Ele revela não apenas a força política dos grandes proprietários de terra, mas também a fragilidade das políticas públicas no enfrentamento dessas desigualdades. A estrutura fundiária brasileira permanece como uma herança histórica que perpetua a exploração e o conflito no campo. A partir desses estudos podemos compreender que o trabalho análogo à escravidão está intimamente ligado as questões estruturais referente ao acesso à terra.

Tratar sobre a questão agrária no Brasil nos remete à ocupação de terras desde os tempos coloniais, passando pela Leis de Terras de 1850, bem como vários outros dispositivos que regulavam a propriedade rural brasileira. Contudo, sendo parte importante do processo de configuração da propriedade fundiária do Brasil, elencamos aqui um ponto fundamental: a abolição da escravidão (1888). Segundo José de Souza Martins, em sua obra *O Cativeiro da Terra*, a abolição da escravidão trouxe um novo modo de relação com a terra e o trabalho nela empregado. Se antes o valor do trabalho era concentrado exclusivamente no escravo, com a abolição, a terra passa a ter valor como renda territorial capitalizada. Segundo o autor, a renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. Dessa forma, o fim da escravidão e o valor transposto à terra serviu como meio para impedir o acesso à propriedade agrária, tanto pelos ex-escravos quanto pelos imigrantes que vieram trabalhar nas zonas rurais brasileiras, e, assim, manter a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários (Magalhães, 2022, p. 15).

A questão agrária no Brasil está intrinsecamente ligada à ocupação de terras desde o período colonial, passando pela Lei de Terras (1850) e outros dispositivos reguladores da propriedade rural. A abolição da escravidão em 1888 alterou as relações de terra e trabalho. Anteriormente, o valor econômico estava no escravo, mas com a abolição, a terra passou a ter valor como renda territorial capitalizada (Magalhães, 2022).

Essa transformação assentou um regime em que o trabalho seria livre, ou seja, não haveria mais escravizados, no entanto, a terra continuaria a ser privada, o que dificultaria ainda mais o acesso à propriedade agrária por ex-escravos e imigrantes. Isso garantiu a continuidade da concentração fundiária nas mãos de grandes proprietários e perpetuou formas de exploração no campo, que hoje se manifestam em práticas como o trabalho análogo à escravidão, evidenciando como a precarização das condições laborais sustenta a desigualdade estrutural no Brasil.

### 3.2 TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RESQUÍCIOS DO PASSADO E REALIDADE ATUAL

Segundo Ângela de Castro Gomes (2010), o termo trabalho escravo moderno refere - se ao período em que a escravização de africanos, trazidos do continente africano de forma forçosa ao Brasil, era uma prática legal e institucionalizada, entre os anos de 1530 e 1888. O processo de escravização sistemática com base na cor, ocorrido nas américas, foi o mais cruel e hediondo. Africanos e afro-brasileiros eram tratados como propriedade, submetidos a violência psicológica e física. Ser dono de escravos era sinônimo de poder. Apesar da “abolição” ter ocorrido em 1888, deixou profundas chagas sociais que permeiam as estruturas sociais e mentais da sociedade.

O trabalho análogo à escravidão ou trabalho escravo contemporâneo, de acordo com Gomes (2010), refere-se ao ato de submeter pessoas a condições degradantes e exploratórias que ferem a dignidade humana, fato que ocorre desde o século XX. Embora seja crime previsto em lei desde 1940, os índices de pessoas encontradas nessa situação são alarmantes. Esses indivíduos, ao contrário do que ocorre na escravidão moderna, não são formalmente reconhecidos como propriedade de outros seres humanos sob o aspecto jurídico. Abordaremos com mais afinco no decorrer do texto.

Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo. O tempo que sobrava era para cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos. Era homem na roça do senhor e mulher e filhos na roça de casa, nos quintais, para não morrerem de fome. Os homens foram se esgotando, morrendo de exaustão, cheios de problemas de saúde quando ficaram velhos (Vieira Junior, 2019, p. 220).

O trecho acima retrata uma sociedade que eliminou de forma sistemática comunidades indígenas inteiras em prol de criar um novo mundo, baseado no colonialismo exploratório e na acumulação primitiva. “Do seu ponto de vista, era impensável apreender a configuração do Brasil do século XX sem considerar as determinações da forte herança colonial” (Bezerra, 2018, p. 202).

Depois montou um barracão de mantimentos, resolveu criar porcos e quem estivesse disposto a trabalhar teria direito a salário, que as **pessoas nunca**

**receberam de fato.** Os dias de trabalho eram pagos com a retirada de mercadorias e, ao sair de lá, os moradores terminavam deixando uma dívida maior do que o pagamento que tinham a receber (Vieira Junior, 2019, p. 220 grifo nosso).

Cristiana Costa da Rocha (2010) afirma que é muito comum a figura do “gato”, ele atua como um intermediário ou aliciador, responsável por recrutar e transportar trabalhadores para fazendas ou áreas de exploração. Este recrutador é crucial para que o sistema de exploração funcione, pois ele utiliza várias estratégias para atrair pessoas em situação de vulnerabilidade, normalmente prometendo boas condições de trabalho e salário justo.

A este respeito, é interessante ressaltar que a arregimentação de trabalhadores é realizada em seus municípios de origem pelo “gato” que, na maioria das vezes é um antigo morador da região, que ainda possui ali uma rede de relações de amizade e parentesco. Comumente, o empreiteiro é um ex-trabalhador rural migrante, tido como um bom trabalhador, que, com honestidade, sacrifício e muito trabalho, conseguiu ascender socialmente (Rocha, 2010, p. 22).

No entanto, a realidade encontrada pelos trabalhadores é bem diferente. Em muitos casos, o trabalhador não tem dinheiro para custear a própria passagem e chega ao local de trabalho já endividado, é o que chamamos de servidão por dívida, que é uma das características do trabalho escravo contemporâneo (Nações Unidas no Brasil, 2016).

O cacau começou a cair. Desvalorizou-se e o coronel andava uma fera. Despediu trabalhadores e nós, que restamos, trabalhávamos como burros. Nos ameaçava com diminuição de 98 salários. Os gêneros na despensa subiram de preço. Saldo, adeus. Unicamente Honório conseguia arrancar dinheiro do coronel. Assim mesmo, desde a fuga de Colodino, ele se desmoralizara muito. João Vermelho nos tratava com rispidez. Algemiro corria as roças gritando que trabalhássemos mais. Um dia, por fim, diminuíram os salários para três mil-réis. Eu chefiei a revolta. Não voltaríamos às roças. Combinamos tudo à noite na casa do velho Valentim, que estava cada vez mais velho, as rugas traçando baixos-relevos no fundo negro do rosto. João Grilo chegou por último. Vinha de Pirangi e quando soube do nosso plano nos desanimou: - Nem pense... Chegou trezentos e tantos flagelados que trabalha por qualquer dinheiro... e a gente morre de fome. Estamos vencidos antes de começar a luta. Nós já nasce vencido... sentenciou Valentim. Baixamos as cabeças. E no outro dia voltamos ao trabalho com quinhentos réis de menos (Amado, 1993, p. 134).

Este sistema exploratório e predatório faz com que os trabalhadores fiquem cada vez mais dependentes do emprego para sua mera subsistência, enquanto os latifundiários detêm o controle dos meios de produção. Nesse trecho de Cacau (1933), Sergipano tentou chefiar um motim, fazendo uma greve geral, mas seria insustentável

pois se eles parassem de trabalhar haveria mais tantos outros pobres flagelados em busca de um ganha pão.

– E que culpa tenho? Desgraçou p’ra chover. O coronel queria o cacau às pressas.– São ordens. João Vermelho! O despenseiro aparecia: O que é?– Já fez as contas do Zé Luís?– Já.– Tem saldo?– Dezoito mil-réis. Zé Luís resignava-se:– Tá certo. Passe o quanto que eu vou procurar trabalho noutra parte.– Não senhor – Algemiro protestou – você vai pagar o prejuízo do coronel. Dois mil-réis por arroba. São trinta arrobas. Quanto é, João Vermelho?– Sessenta mil-réis.– Você vai trabalhar na roça até pagar.– O quê? Pagar uma bosta...– É o jeito.– E com que como?– Coma banana...– Eu não sou escravo.– Dê seu jeito.– Vou embora e quero meu saldo.– Não se paga. À noite, sem saldo, Zé Luís fugiu. Algemiro e João Vermelho foram no rastro, bem montados, tomaram-lhe o facão e a trouxa de roupa e correu pela fazenda que o haviam surrado. Também correu que foi Zé Luís quem atirou em Algemiro numa noite sem lua, no caminho de Pirangi (Amado, 1933, p. 69).

O trabalho escravo contemporâneo não se restringe à ficção, embora pudesse ser visto como algo de um passado distante, já que um dia foi legalizado e hoje é considerado crime. Contudo, ainda não se limita apenas à memória do povo brasileiro (Carvalho; Santos, 2019).

O conceito de trabalho análogo à escravidão se ampliou, não é apenas o cerceamento do ir e vir, que é um direito garantido em nossa Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (Brasil, 1998).

Na atual Constituição Federal, o direito de ir e vir está previsto no artigo 5º, inciso XV, que é um dos pilares da liberdade individual, protegendo a liberdade de locomoção, ou seja, proíbe práticas que limitem essa liberdade, como retenção forçada ou vigilância abusiva (Brasil, 1998). Esse direito é também conferido a todo cidadão pela Declaração dos Direitos Humanos da ONU, assinada em 1948, essencial à liberdades fundamentais garantidas a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, etnia ou condição social.

Anterior a essas legislações, temos no Brasil o artigo 149 do Código Penal brasileiro (1940), que passou a vigorar com o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a seguinte redação sobre o trabalho análogo à escravidão:

Reducir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições

degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto tem pena de reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência (Brasil, 1940, art. 149).

Nas mesmas penas do artigo 149 (1940):

Incorre quem cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador com o fim de retê-lo no local de trabalho, mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho (Brasil, 1940).

A Lei 10.803/03 passou a incluir também o trabalho forçado, degradante, servidão por dívida e jornada exaustiva, ampliando significativamente o conceito de escravidão contemporânea, incluindo práticas que não se limitam à privação direta da liberdade. Tendo em vista que, enquanto o trabalho forçado viola o direito à liberdade, o trabalho degradante atinge diretamente a dignidade da pessoa humana (Carvalho e Santos, 2019).

Assim, segundo Carvalho e Santos (2019), não basta apenas a violação ao direito de liberdade do trabalhador vítima da restrição de ir e vir, mas ainda a imposição de trabalho sem as menores condições de dignidade, que é o que encontramos na ficção e na vida real.

José migrou das cercanias do Recôncavo para a Chapada, atraído pela promessa de riqueza, vinda das notícias de exploração de diamante. Tão logo chegou à região, viu que a sanha pela pedra havia transformado a terra num horizonte de lutas e de bandos armados guiados por coronéis que enriqueciam às custas do sangue e da loucura dos que se entregavam à sorte do garimpo. O homem, então, deitou sua sacola com seus poucos objetos e duas mudas de roupa no chão onde Donana vivia. Decidiu fazer o que havia aprendido com seus pais, o que o havia sustentado até o momento da partida e durante o caminho em que seguiu para chegar à Chapada. José Alcino pediu uma enxada e mostrou que sabia trabalhar a terra. Pediu morada na mesma fazenda onde minha avó vivia cativa, sem nunca ter tentado deixar seus tutores, **trabalhando pelo que comia** (Vieira Junior, 2019, p. 166, grifo nosso).

A seca e a falta de perspectiva de melhores condições rodeiam a família sertaneja, as obras chamam a atenção para a luta diária pela sobrevivência desses flagelados em uma região que aparentemente é esquecida pelo Estado, onde vivem em uma clara situação de abandono do poder público. A falta de educação e qualificação profissional é um dos fatores que contribuem para essa situação.

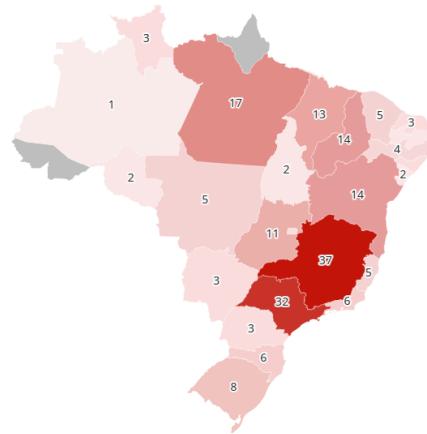
De acordo com um estudo do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) de 2014, grande parte dos trabalhadores rurais apresenta níveis de escolaridade reduzidos. Entre os assalariados formais, 39,3% possuem, no máximo, três anos de estudo, totalizando 1,6 milhão de pessoas em condição de analfabetismo ou com escolaridade extremamente baixa. Esse percentual aumenta para 45,8% ao se considerar os trabalhadores informais. No panorama geral dos trabalhadores rurais, a maioria apresenta baixa escolaridade, com 72,3% tendo até sete anos de estudo, o que representa uma barreira significativa para a qualificação profissional e o acesso a melhores oportunidades de trabalho.

A trama das obras é baseada em vivências e memórias dos próprios autores, e dentre diversas nuances, conta com clareza como funcionava a desonestidade do patrão e a arbitrariedade dessa classe dominante em relação aos trabalhadores, que não tinham escolaridade e desconheciam os seus direitos constitucionais. O que há em alguns casos é um sentimento de gratidão, mesmo na exploração. As correntes da escravidão contemporânea são sutis, como o compromisso que os trabalhadores com “dívidas” julgam ter:

Questionar o domínio das terras da fazenda seria um gesto de **ingratidão**. Por isso mesmo, Severo percebeu que não poderia discutir com meu pai, seu tio e sogro, seria um desrespeito por tudo o que ele significava para o nosso povo. Zeca Chapéu Grande havia mantido os moradores da fazenda unidos, foi liderança do povo por anos, e, sem permitir que se fizessem maus-tratos a nenhum trabalhador da fazenda, muitas vezes interveio, sem afrontar o Sutério, para impedir injustiças maiores que as que já existiam (Vieira Junior, 2019, p. 166-167, grifo nosso).

Rocha e Brandão (2013) afirmam que a incidência de trabalho análogo à escravidão é significativamente maior no meio rural. Esse fenômeno é atribuído a fatores como a ausência de oportunidades econômicas, a desigualdade social, os fluxos migratórios e a busca por baixos custos de produção, que favorecem a exploração dos trabalhadores.

Os 251 casos de trabalho escravo rural foram acompanhados da libertação de 2.663 pessoas submetidas a condições laborais criminosas no campo, alcançando números que desde o fim da década de 2000 não se viam. A maioria desses trabalhadores foram libertados em estados que se vangloriam de ter uma economia baseada em um agronegócio modernizado, que respeita as legislações trabalhista e ambiental. Em Goiás, foram libertados 699 trabalhadores, em Minas Gerais, 472, no Rio Grande do Sul, 323, em São Paulo, 243 e no Piauí, 150 (CPT, 2023, p.12).



**Figura 3- Registros de empregadores na Lista Suja do trabalho escravo**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2023.

O mapa acima, do Ministério do Trabalho e Emprego (2023), nos mostra os novos registros de empregadores na Lista Suja do trabalho escravo, uma importante ferramenta contra esse tipo de crime. Em 2023, tivemos a maior atualização da história, com mais de 200 novos nomes registrados.

[...] a população residente nas áreas rurais sofre com um risco particular no que tange a escravidão contemporânea por conta principalmente do isolamento geográfico. Esse cenário dificulta o acesso à informação e aos órgãos de denúncia, situação problemática que é amplificada pelos problemas sociais em geral presentes nessas comunidades, como a baixa escolaridade da população e a escassez de oportunidades de emprego (Felipe; Araújo, 2020, p. 101-102).

A presença desses empregadores na Lista Suja indica não apenas a existência de trabalho escravo, mas também a persistência de práticas exploratórias em setores fundamentais da economia brasileira. Combater essas violações envolve ações coordenadas de fiscalização, aplicação de políticas públicas e conscientização sobre os direitos dos trabalhadores (Felipe; Araújo, 2020).

O fato de terem sido registrados tantos novos nomes na Lista Suja, bem como muitos resgates, como veremos adiante, nos revela um paradoxo, pois ao mesmo tempo que mostra a atuação do poder público frente ao problema, também evidencia a persistência de algo tão concreto na realidade brasileira.

A análise da legislação brasileira mostra que há uma estrutura legal robusta para combater o trabalho análogo ao de escravo. Porém, a efetividade das leis tem sido questionada diante da frequência com que casos de escravidão moderna ainda são registrados no país. Frisa-se que a falta de recursos adequados, às dificuldades de fiscalização em áreas remotas, assim como a falta de conhecimento e o medo de denunciar por parte das vítimas, são

alguns dos fatores que comprometem a sua aplicação efetiva (Ribeiro; Vieira; Mota; Neiva, 2023, p. 10).

O advogado trabalhista Luís Camargo, em entrevista à TV Senado (2023), afirma que a manutenção desse fato está ligada a três pilares: “impunidade, lucratividade e a miséria dessas populações carentes.”

De acordo com Carvalho e Santos (2019), apesar do Brasil ter flirtado com os regimes fascistas na década de 1930, a tal ponto de quase entrar na segunda guerra mundial ao lado do eixo, foi nesse período de conturbações mundiais que foi implantada a Justiça do Trabalho.

A simpatia de Vargas pelos regimes fascistas era, contudo, visível, pois a estrutura corporativa montada por ele era próxima a existente no governo fascista da Itália, e visava controlar as reivindicações da classe trabalhadora, evitando empecilhos para a acumulação de capital no país, pois o objetivo era o desenvolvimento econômico através da industrialização (Cruz, 2013, p. 2).

Carvalho e Santos (2019) mencionam que mesmo em uma época de nuances ditatoriais, durante o Estado Novo, foi publicado em 1943 o decreto Lei Nº 5.452 conhecida como a Consolidação das Leis Trabalhistas. A conhecida CLT tinha o objetivo de organizar em um único documento as leis e as normas que regulam as relações de trabalho no Brasil. É nesse contexto que a Justiça do Trabalho é criada, pois a CLT consolidou direitos dos trabalhadores, normatizando a jornada de trabalho, férias remuneradas, saúde e segurança no trabalho. Além disso, regulamentou sindicatos e instituiu mecanismos de proteção ao trabalhador.

“No período compreendido entre os anos de 1930 a 1945, apesar de ter sido significativo para a inclusão social, o direito do trabalho manteve-se distante do meio rural” (Carvalho; Santos, 2019, p.145). O grande foco de Getúlio Vargas era para o operariado, o trabalhador rurícola foi excluído, mesmo o Brasil sendo um país extremamente rural e agrário, em que 70% da população da época morava em áreas rurais (IBGE, 1940).

Então, esses trabalhadores continuaram por muito tempo na informalidade e à margem da legislação, sendo explorados em condições insalubres. O Estatuto do Trabalhador Rural, como já mencionado anteriormente, foi sancionado no ano de 1963, o que concedeu direitos a esta classe.

Embora tenha sido proposto em 1960 e aprovado em 1963, não foi a primeira tentativa de se estender a CLT ao campo. Desde a redemocratização, em 1945, e a eleição do deputado Fernando Ferrari às demandas do meio rural foram politicamente colocadas em discussão, mas, como aponta Aspásia Camargo: “A trajetória do projeto Ferrari na Câmara será, por isso mesmo, uma longa sucessão de tentativas e fracassos, de difícil reconstituição, que bem revelam a natureza e a solidez das resistências encontradas.” Dessa forma, é notável a resistência dos latifundiários nos âmbitos social e político, pois, embora não tenham conseguido impedir a extensão da CLT ao campo, conseguiram manter, quase intocável, a posse de suas terras (Magalhães, 2022, p. 15).

O Estatuto veio depois de muita pressão sindicalizada dos trabalhadores, o senador Nelson Maculan (PTB-PR) denunciou os resquícios do regime escravista ao dizer:

Enquanto houve avanço em relação às leis conquistadas pelos trabalhadores das indústrias e do comércio e aos direitos e vantagens obtidos pelo funcionalismo público civil e militar, arbitrariedades de toda ordem se verificam em nosso sertão todos os dias. Mantemos as mesmas fórmulas que nos legaram nossos antepassados. Se a Constituição (1988) diz que “todos são iguais perante a lei”, temos de dar também ao trabalhador rural as necessárias garantias para que a paz se estabeleça nas zonas agrícolas. Não pode mais um formador de café, um colono ou um meeiro ser despojado de seus direitos (Agência Senado, 2023).

Eram comuns diversos tipos de abusos, entre eles, a retenção do salário, a cobrança de valores abusivos pelas moradias, alimentação e ferramentas de trabalho, além do descanso não ser permitido, não havia preocupação quanto a acidentes, os trabalhadores eram impedidos de deixar a propriedade e dispensava-se os idosos que já não podiam mais trabalhar (Agência Senado, 2023).

Na avaliação que o sociólogo e historiador Caio Prado Júnior (1979) expressou na época, o efetivo cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural significaria uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888. Não era pequena a população explorada. Naquele momento, existiam mais trabalhadores no campo do que na cidade. Cerca de 65% da população vivia na zona rural. Atualmente, apenas 15% dos brasileiros habitam o campo (Agência Senado, 2023).

O Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estabeleceu leis específicas aos trabalhadores do campo, representou um avanço, pois garantiu direitos básicos aos trabalhadores rurais, como salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, descanso semanal remunerado, férias e indenização por demissão sem justa causa. O Estatuto também reconheceu o direito à organização sindical para trabalhadores rurais, igualando-os aos direitos anteriormente garantidos apenas aos trabalhadores urbanos.

O Deputado Fernando Ferrari apresentou o projeto do Estatuto em 1960 e houve pouca resistência dos parlamentares, tanto no senado quanto na câmara dos deputados, entretanto, não foi apenas um senso de dever e de justiça social que fizeram aprovar este estatuto. Existia um grande temor de que os trabalhadores cansados daquela exploração fossem para o lado dos comunistas e que fizessem à força a reforma agrária, prejudicando assim os latifundiários. O medo do comunismo e da revolução proletária se justificava pelo contexto global de Guerra Fria vivenciado naquele período (Agência Senado, 2023).

O deputado Ruy Ramos manifestou seu descontentamento com as Ligas Camponesas, em sua perspectiva, era necessário que o Estado fizesse as transformações no campo, a reforma agrária, antes que ela fosse feita pelos próprios trabalhadores rurais. Para o deputado: “Se ainda não tiver sido aprovada, será imposta a nós, à nossa rotina, à nossa resistência, a reforma agrária, já não como queremos, mas sim como eles quiserem.” Desse modo, fica clara a perspectiva do medo levantado pelas Ligas na condução das transformações no meio rural. Nessa oposição, entre o que queriam as Ligas “eles” – a parte subversiva; e “nós”, a ordem, Ruy Ramos mostra que as transformações propostas, a meu ver, embora de grande impacto para os camponeses, são ainda mudanças conservadoras, propostas que tendem a controlar. Mesmo que isso não exclua os benefícios obtidos pelos camponeses, geraria menor impacto na estrutura agrária brasileira (Magalhães, 2022, p. 121).

Em uma coluna publicada em 1963, no Jornal Terra Livre, dedicado aos camponeses, comemorando a aprovação do Estatuto mas também fazendo um alerta aos trabalhadores, o Dr. Cicero Viana (1963) afirmou que a luta pela proteção trabalhista ao homem do campo era de longa data e que, ainda assim, os trabalhadores rurais tinham pouca proteção.

Viana (1963) enfatizou que o código civil existente não protegia em praticamente nada esses trabalhadores, pois os fazendeiros eram as forças dominantes. Ressaltou ainda que o Estatuto não era um presente da bondade de alguém, mas sim, uma vitória frente à pressão da sociedade brasileira. Dessa maneira, os trabalhadores teriam que continuar organizando-se em sindicatos, tendo em vista que os latifundiários tentariam burlar os direitos dos seus empregados.

A relação dos trabalhadores rurais com as leis não era algo inato ou intrínseco na cultura camponesa, mas como aponta Dezemone, esse legalismo foi construído, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, quando setores da esquerda se aproximaram do campesinato, tendo-o como potencial grupo revolucionário. O legalismo como elemento identitário dos trabalhadores rurais também foi pontuado por Welch: “(...) eles são homens que acreditam muito na lei (...)”, declaração feita por Lindolfo Silva,

membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava no meio rural, em entrevista concedida ao autor, ressaltando que a luta pautada pela legalidade foi terreno fértil para a mobilização dos trabalhadores agrícolas. Essa aproximação do homem do campo com a Legislação Social também foi incentivada pelo jornal Terra Livre, no qual o próprio Lindolfo criou uma seção chamada Conheça seus direitos. Essa seção trazia informações sobre os direitos que os camponeses tinham e, que em sua maioria, não eram cumpridos. Desse modo, como o campesinato criou uma afeição às leis, o Terra Livre lhes dava motivos para requerê-las e por elas lutar (Magalhães, 2022, p. 18).

Magalhães (2022) escreveu em sua tese de doutorado que os direitos trabalhistas demoraram a chegar no campo porque foram barrados pelos latifundiários. Segundo ele, a legislação só veio quando o movimento camponês se organizou, se espalhou e fez pressão. “As leis trabalhistas foram resultado da pressão dos próprios operários, que fizeram greves históricas contra os abusos, como a que paralisou São Paulo em 1917. Tanto no campo quanto na cidade, as mudanças não caíram do céu” (Agência Senado, 2023).

Contudo, mesmo com esses avanços na legislação, os índices de trabalhadores que encontram-se em diversas situações de trabalho análogo à escravidão são extremamente altos, como será mostrado adiante.

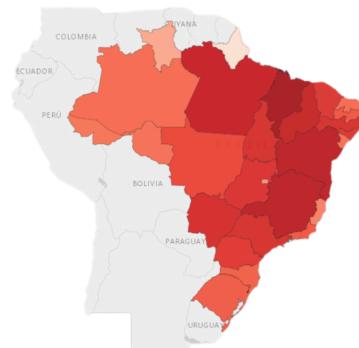
Fruto de mais de duas décadas de lutas dos movimentos dos trabalhadores rurais e camponeses, o Estatuto do Trabalhador Rural representou uma tentativa ambiciosa de estender ao meio rural os direitos trabalhistas já previstos para os trabalhadores urbanos. Ao mesmo tempo em que culminava as lutas e conquistas das décadas anteriores, possuía o potencial de abrir um novo período de lutas pela implementação desses direitos, que ainda estavam distantes do campo no início dos anos 60. Entretanto, as condições políticas, econômicas e sociais para que as promessas do Estatuto se realizassem se degradaram rapidamente a partir do Golpe de 1964, restando aos trabalhadores, grosso modo, apenas a possibilidade de reclamar individualmente quando do não cumprimento de seus direitos, recebendo compensações financeiras pelos direitos sonegados (Rambo, 2019, p. 10).

Segundo o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (2024):

Os locais onde há maiores índices de resgate possuem dinamismo produtivo e econômico recente, porém intenso, em que há oferta intermitente de postos de trabalho em ocupações que pagam os menores salários e exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional ou educação formal. Isso em geral está aliado a fatores como pobreza, baixa escolaridade, desigualdade e violência, entre outros (Observatório, 2024).

O mapa abaixo mostra a perspectiva comparativa entre diferentes unidades federativas em relação à naturalidade apurada dos resgatados, ou seja, seu local de

origem. A escala de cores varia do branco, menor quantidade, para o vermelho, maior quantidade.

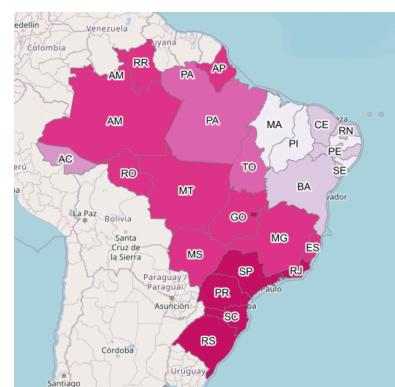


**Figura 4- Naturalidade dos resgatados**

Fonte: observatorioescravo.mpt.mp.br, 2024.

Entre os anos de 1995 a 2023, foram resgatados 61.035 pessoas em situação de trabalho analógico a escravidão, dentre esses números, 3.612 resgates foram feitos na Bahia, entretanto, considerando a naturalidade, 4.945 pessoas são naturais do estado baiano, esse numero só fica atrás do Maranhão e de Minas Gerais. O maior índice de resgatados é do Pará: 13.459 pessoas (Observatório, 2024).

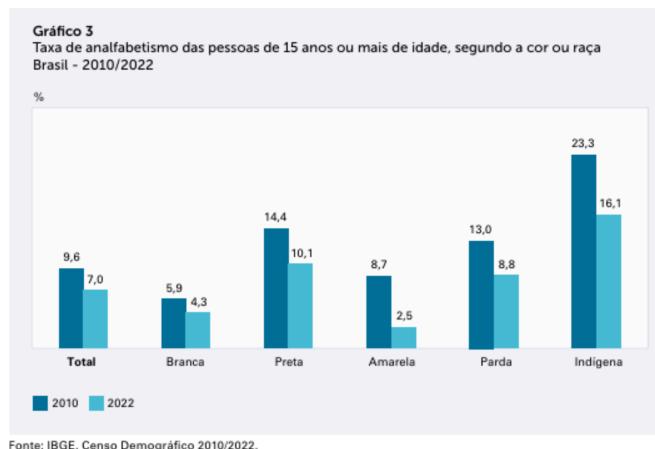
No mapa abaixo, é mostrado os índices de analfabetismo. Quanto mais embranquecido, menor a taxa de alfabetização. Nota-se que o nordeste do país sofre mais. A cor mais branca indica que 63,19% a 74,24% da população de 15 anos ou mais, naquele local, é analfabeto (IBGE, 2022).



**Figura 5- Índices de analfabetismo por região, IBGE 2022**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

A taxa de analfabetismo é refletida nas desigualdades regionais. O nordeste alcança os índices de analfabetismo mais altos. Ainda sobre essa região, ao se observar o fator raça, a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos é duas vezes maior que a dos brancos. É comum que muitos abandonem os estudos, tendo como o principal motivo, a necessidade de trabalhar (PNAD Contínua Educação, 2022).



**Figura 6- Taxa de analfabetismo segundo cor ou raça, IBGE 2022**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Angela de Castro Gomes (2010) analisa as condições de exploração e precarização do trabalho em áreas rurais e industriais no Brasil. Sua investigação consiste em evidenciar as condições de trabalho e mecanismos de recrutamento que perpetuam essas condições. Essas práticas são mantidas por uma rede de interesses e envolvem os já mencionados aqui, gatos, que são intermediários entre o pobre trabalhador e o trabalho explorador, que acaba ficando à margem da fiscalização estatal.

As reflexões da auditora fiscal, Marinalva Dantas, coordenadora de um Grupo de Fiscalização Móvel, são pedagógicas, nesse sentido. Embora remarcando que a escravidão foi abolida no século XIX, ela reivindica o uso da categoria, argumentando que se desenvolveram no país, em especial nas últimas décadas, formas de exploração de trabalhadores livres que são equiparáveis, pela violência, às que se impunham aos trabalhadores escravizados no passado. Ainda reconhecendo que tais procedimentos não são uma completa novidade no país, ela insiste que teriam, atualmente, contornos específicos e drásticos, tanto pela “sutiliza” dos mecanismos de coerção utilizados, como pelo perfil dos trabalhadores preferencialmente atingidos: migrantes; **analfabetos**; imigrantes clandestinos; portadores de deficiência física e mental; leprosos; alcoolistas; e os “inexistentes” (pessoas que nunca tiveram qualquer documento), entre outros componentes de uma população marcada por uma profunda exclusão social (Gomes, 2010, p. 35, grifo nosso).

Gomes (2010) aponta que mesmo com uma transformação no perfil dos trabalhadores, tendo agora uma maior repressão a essas práticas, a rede de exploração também se adaptou para fugir da presença do estado e da campanha dos direitos humanos, das policiais de fiscalização e do Ministério do Trabalho.

Para Le Breton (2002, p. 19), o trabalho escravo na contemporaneidade, sustenta-se em uma só realidade em todo o mundo, “de uma lado a procura por mão-de-obra barata e submissa, do outro, a oferta de pessoas desempregadas e famintas”. Definiu-se, assim, uma nova forma de escravidão, que tem como base o endividamento progressivo do trabalhador (Rocha, 2010, p. 56-57).

Tipos de trabalho forçado sempre ocorreram no tempo e no espaço, contudo, nem sempre existiram com as mesmas especificidades, além de não serem interpretadas da mesma maneira por seus contemporâneos (Gomes, 2010).

Assim, seu “nome” e o que está sendo definido como o “conteúdo” desse “nome”, em determinado contexto de experiência dos atores envolvidos, é crucial, quer como recurso de poder para demandar ações do Estado, entre as quais e com destaque a alteração de uma lei; quer como capacidade de sensibilizar a opinião pública, via imprensa, via organizações não governamentais etc (Gomes, 2010, P. 16).

Angela Gomes (2010) destaca que o uso do termo "trabalho análogo à escravidão", ainda que possa ser considerado anacrônico, não sugere que os trabalhadores vivenciam as mesmas formas de escravização ocorridas no Brasil colonial e imperial. Em vez disso, busca rememorar a escravidão moderna de maneira provocativa. Esse termo gera um impacto intencional, essencial para chamar a atenção para as condições degradantes enfrentadas atualmente, promovendo maior mobilização contra essas práticas.

Esse último aspecto torna-se muito importante, sobretudo considerando-se que o pós-1980 foi um período de avanço internacional do neoliberalismo, que postulou um abandono progressivo da legislação de proteção ao trabalho, revertendo orientações muito compartilhadas desde as décadas de 1920/30. Essas novas formas de trabalho forçado, portanto, alimentam-se mais diretamente da precarização e da desregulamentação do mundo do trabalho, como um todo, trazidas pelo avanço tecnológico e pelo recuo do movimento sindical, internacionalmente (Gomes, 2010, p. 21).

Gomes (2012) enfatiza que ao enfraquecer os direitos trabalhistas e desorganizar o mercado de trabalho formal, o neoliberalismo cria um ambiente propício para o aumento dessas formas exploratórias de trabalho. Devido a isso, essa autora reforça a importância do papel do Estado, de políticas públicas e de um movimento sindical atuante para combater a precarização do trabalho e práticas que

configuram trabalho análogo à escravidão, pois, caso contrário, a “lei será letra morta”.



## **Figura 7- Jornal Terra Livre**

Fonte: armazemmemoria.com.br, 2024

### 3.3 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL: HERANÇA HISTÓRICA E IMPACTOS NO CAMPO

Em 2023, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lança a 38a edição da publicação Conflitos no Campo Brasil, com os maiores índices de ocorrências em toda a história da publicação. Foram registrados os maiores números desde o início dos levantamentos, em 1985.

De acordo com a CPT (2023), a maioria dos conflitos registrados no Brasil está relacionado à terra, seguido por situações de trabalho escravo rural e disputas pela água. A Bahia lidera o número de registros com 249 casos, seguida pelo Pará (227), Maranhão (206), Rondônia (186) e Goiás (167). Entre as regiões, o Norte apresenta o maior número de conflitos, com 810 ocorrências, seguido pelo Nordeste (665), Centro-Oeste (353), Sudeste (207) e, por último, o Sul, com 168 casos.

**Conflitos pela Terra** – Das 1.724 ocorrências registradas neste tipo de conflito, 1.588 são referentes às violências contra a ocupação e a posse e/ou contra a pessoa. No primeiro tipo de violência, se destacam as ocorrências crescentes de invasão, em que foram registradas 359 ocorrências em 2023, afetando 74.858 famílias, contra 349 casos em 2022. Também cresceram os registros de expulsão (37 ocorrências e 2.163 famílias em 2023, contra as 23 ocorrências e 596 famílias, em 2022), transformando este no segundo ano em que mais se registrou famílias expulsas dos territórios, ficando atrás apenas do ano de 2016. Também aumentaram consideravelmente as ameaças de despejo judicial (de 138 para 183) e o despejo judicial concretizado (de 17 para 50). **Trabalho Escravo Rural** – Em 2023, foram registradas 251 casos de trabalhadores e trabalhadoras em situação de escravidão no meio rural, com 2.663 pessoas resgatadas desta condição, sendo estes os maiores números dos últimos 10 anos. Os destaques de resgates foram para os estados de Goiás (699), Minas Gerais (472), Rio Grande do Sul (323), além de São Paulo, com 243 pessoas resgatadas. Os tipos de atividades que mais tiveram trabalhadores libertos em 2023 foram a cana de açúcar, com 618 trabalhadores; as lavouras permanentes, com 598; as lavouras temporárias, com 477; e, outros tipos de atividades rurais, com 273. Os números poderiam ser ainda maiores, se houvesse uma política mais estruturada de fiscalização e combate ao trabalho escravo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste (CPT, 2023).

A partir de dados tão alarmantes, podemos constatar que a questão agrária continua importante para entendermos e problematizarmos diversas dimensões que estruturam o Brasil, como por exemplo: sociedade, meio ambiente, economia e território. O Censo Agropecuário de 2017, trata da estrutura fundiária brasileira, buscando evidenciar as desigualdades existentes que ela produz e reproduz.

O IBGE (2020) destaca, no Atlas do Espaço Rural Brasileiro, que a desigualdade fundiária é um dos principais fatores que moldam as relações sociais e econômicas no meio rural. A concentração de terras é um legado do período colonial, pois, com as capitâncias hereditárias e o sistema de sesmarias, estabeleceu-se um modelo que subalterniza indígenas, afro-descendentes libertos e pequenos agricultores.

Historicamente, o acesso à terra determinou a inserção de grupos sociais na sociedade e na estrutura política econômica brasileira e, nesse sentido, é possível dizer que a estrutura fundiária constitui um indicador e um revelador importante dos processos de apropriação da natureza e estratificação social nos territórios rurais (IBGE, 2020, p. 46).

A desigualdade na posse da terra tem impacto significativo no desenvolvimento humano em determinadas regiões. A estrutura fundiária desigual moldou a formação da estrutura socioeconômica em uma microrregião, influenciando aspectos como educação, saúde e expectativa de vida (Hoffmann, 2001).

A pesquisa de Hoffmann (2001) aponta que variáveis como saúde, educação e esperança de vida ao nascer são fortemente influenciadas pela distribuição desigual de terras. A concentração de terras em mãos de poucos proprietários gera relações econômicas e sociais excludentes, limitando o acesso dos trabalhadores rurais a recursos básicos. Comunidades com maior desigualdade fundiária tendem a ter menos acesso à educação, perpetuando o ciclo de pobreza e marginalização.

Com a Lei de Terras (Lei n. 601, de 18.09.1850) e a forma como a abolição da escravatura foi realizada, a desigualdade do acesso à terra tornou-se marca, até hoje, insuperável da sociedade brasileira. Assim, o País forjado em uma sociedade de regime escravagista, que teve na expansão territorial a base de sua dominação política, econômica e social, herdou uma estrutura fundiária marcada historicamente pela exclusão dos povos indígenas e dos africanos e descendentes de africanos escravizados. Nesse contexto, a análise da estrutura fundiária brasileira se articula, profundamente, com as relações sociais de produção e com o uso econômico que a sociedade e o Estado fizeram dos seus recursos naturais, a começar pela terra (IBGE, 2020, p. 47).

Caio Prado Júnior, em História econômica do Brasil (1978), afirma que há um elemento muito importante a se pensar na relação agrária que é indissolúvel à história dos trabalhadores do campo no Brasil, que é a herança multissecular do trabalho escravo:

O Sentido da colonização, pontapé da análise presente em Formação do Brasil contemporâneo ([1942] 1976), expõe uma das principais teses de Caio Prado Júnior. O estudo revela a síntese de um processo histórico e uma contribuição ao pensamento dialético no país, elucidativa das indagações centrais percorridas pelo autor. Do seu ponto de vista, era impensável apreender a configuração do Brasil do século XX sem considerar as determinações da forte herança colonial (Bezerra, 2019, p. 202).

Octavio Brandão descreve o Brasil como uma combinação peculiar de domínio agrário da economia e da política, configurando um sistema que alguns estudiosos identificam como "feudalismo brasileiro" (Campos, 2020). Essa definição não se refere a um feudalismo europeu clássico, mas a uma estrutura social e econômica marcada pelo poder quase absoluto dos grandes proprietários de terra sobre a população rural:

O Brasil era dominado pelo latifúndio e pelo analfabetismo. Se houve poucas mudanças quanto ao campo, no cenário urbano ocorreu uma grande industrialização a partir dos anos 1930. Cunha afirma que a definição do feudalismo brasileiro em Brandão é a combinação do domínio agrário da economia com o domínio agrário da política (Cunha, 1998, p. 57). As peculiaridades brasileiras advêm da herança escravocrata, responsável pela constituição de nossa estrutura fundiária e pela formação do servo brasileiro, herdeiro do escravo. O latifúndio encontra-se disfundido por toda as regiões brasileiras, desde as plantações de café em São Paulo até as plantações de cacau na Bahia, e de cana de açúcar em Pernambuco (Campos, 2020, p.11).

Caio Prado Júnior, a partir da formulação contida em Formação do Brasil contemporâneo (1942), que se estendeu nas obras posteriores, fundamenta sua crítica às teses do Brasil feudal ou semifeudal. Nos anos 1960, o Brasil foi palco de discussões sobre os fundamentos históricos de sua estrutura social, política e econômica. Alguns estudiosos queriam entender essa questão agrária, tendo como o seio da discussão, no espectro da esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A luta política demandava que o partido desenvolvesse uma interpretação mais consistente sobre a estrutura agrária.

Em Formação do Brasil contemporâneo ([1942] 1976) e em História econômica do Brasil ([1945] 1987), assevera que a nossa formação desponta o processamento de uma economia de caráter agroexportador, cujo ordenamento da produção é definido pelas demandas externas. É, pois, em cumprimento a essas exigências que se estruturou o pacto colonial com sua tríade latifúndio-monocultura-escravidão, como característica central da formação social brasileira (Bezerra, 2019, p. 205).

Lucas Bezerra (2019) aborda a interpretação promovida pela III Internacional Comunista, em sua fase stalinista, sobre os países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, para elucidar as teorias vigentes em relação à questão agrária no Brasil. Nessas discussões, destacaram-se as formulações de Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Octavio Brandão. Os adeptos da teoria do feudalismo brasileiro seguiam o "esquema da escada", que propunha uma sequência linear de modos de produção (do primitivo ao socialista) como modelo universal de desenvolvimento histórico.

Na situação das formações sociais de capitalismo dependente, estas possuiriam uma espécie de herança feudal que deveria ser substituída por condições especificamente capitalistas, numa espécie de evolução histórica que conformaria um operariado forte através da generalização do trabalho assalariado (Bezerra, 2019, p. 204).

A proposta política para superação dessas condições incluía uma etapa democrático-burguesa na revolução socialista, na qual a aliança com uma suposta burguesia nacional seria fundamental para enfraquecer os principais obstáculos ao desenvolvimento brasileiro: o imperialismo estrangeiro e o latifúndio improdutivo, contudo, essa concepção foi criticada por autores como Caio Prado Júnior.

Prado Júnior afirmava que essa visão era limitada por uma hierarquização que colocava o operariado urbano como o protagonista histórico, enquanto relegava os trabalhadores do campo a um papel secundário, o que não refletia a realidade social e política do Brasil. Esse esquematismo subestimava a importância dos conflitos e resistências no meio rural e perpetuava interpretações equivocadas para lidar com a complexidade das formações sociais brasileiras (Bezerra, 2019).

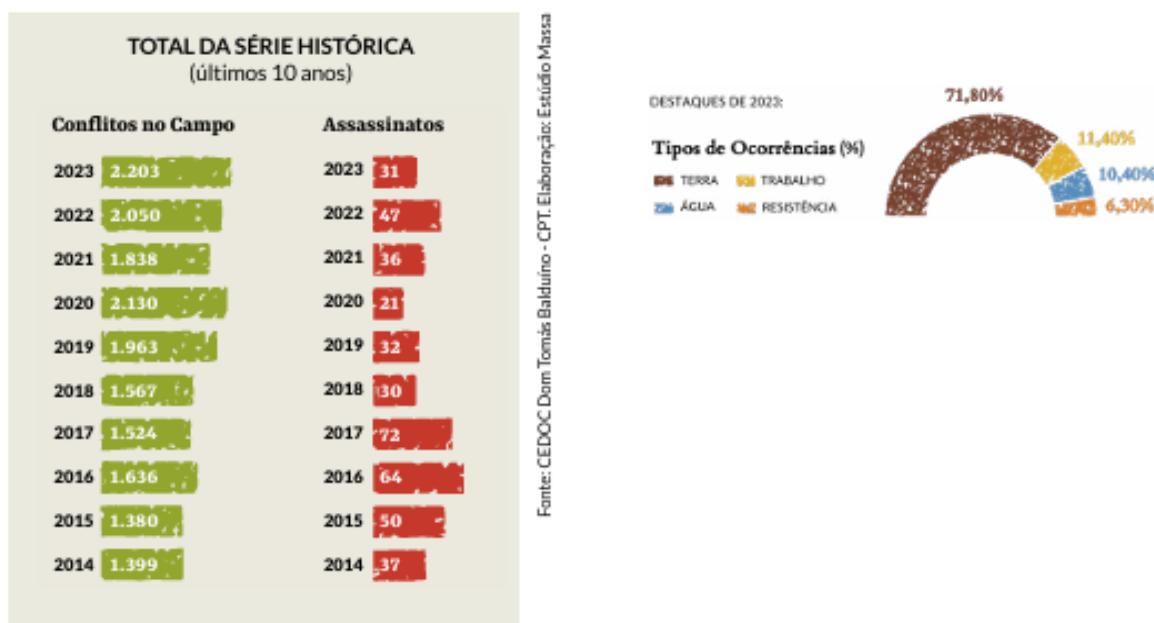
Para Caio Prado Júnior (1976), a exploração no campo brasileiro deriva muito mais da herança escravista do que de vestígios feudais. Desde o início, a economia colonial brasileira foi organizada dentro do sistema capitalista global, que adaptou a escravidão e posteriormente o trabalho assalariado.

Ao ponderar a dialética aí contida, o autor sustenta o seguinte: no terreno das relações entre proprietários e ofertantes da força de trabalho no campo brasileiro, mais uma vez em termos de leis tendenciais, predomina um mercado livre de trabalho (Bezerra, 2019, p. 207).

A relação entre senhor e servo, no feudalismo, era baseada em obrigações pessoais e no controle direto sobre a vida do trabalhador. Essas características não se aplicam no Brasil porque a estrutura colonial foi moldada desde os primórdios pelo capitalismo mercantil, em que a lógica econômica se sobrepõe às relações pessoais.

O que se põe ao debate é que a ênfase das formas brutais de exploração do trabalho no campo brasileiro relaciona-se muito mais aos “restos escravistas”, e não às relações feudais nem o resto delas, porque como afirma Mantega (1987) “[...] a estrutura colonial brasileira e suas relações de produção (que, no fundamental, persistem até a atualidade), foi implantada e organizada pelo sistema capitalista mundial (primeiro comercial, depois imperialista)”(Bezerra, 2019, p. 208).

Os conflitos no campo brasileiro, como os denunciados pela CPT (2023), estão intrinsecamente ligados à estrutura agrária desigual do país, marcada pela concentração fundiária e pela exclusão da maioria da população rural do acesso à terra. Essas denúncias, que evidenciam problemas como o trabalho análogo à escravidão, a violência contra trabalhadores e povos tradicionais, e os conflitos pela posse de terras, reforçam a análise de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária brasileira como um problema estrutural e de classe.



**Figura 8- Conflitos no campo 2023 (CPT)**

Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2023

O panorama dos conflitos no campo em 2023 evidencia a grande concentração de terras no Brasil e a intensidade dos embates, refletindo diretamente as heranças coloniais e escravistas analisadas por Bezerra, na obra de Caio Prado Júnior. Essa estrutura histórica é um dos fatores que sustentam o aumento dos casos de trabalho análogo à escravidão no país. A relação entre a desigualdade fundiária e a organização histórica do trabalho no Brasil demonstra como essas dinâmicas não apenas moldaram as relações sociais, mas também continuam a perpetuar formas brutais de exploração da força de trabalho.

Perante essa deplorável situação, não há dúvidas no legado do autor em debate: **o Brasil precisa de uma profunda reforma agrária**, de dimensão estrutural, que “[...] arranke os trabalhadores da miséria em que vegetam [...]” (Prado Júnior, 1978, p. 31), elevando suas condições de vida e desencadeando um real processo de desenvolvimento econômico nacional sustentado em princípios largamente distintos dos que o Brasil até então conhece (Bezerra, 2019, p. 208, grifo nosso).

Se pensarmos Torto Arado (2019) e Cacau (1933) com as questões da concentração fundiária, das heranças coloniais e do trabalho análogo à escravidão, percebemos como a literatura é meio poderoso para evidenciar as desigualdades estruturais do campo brasileiro. Essas obras denunciam a continuidade de práticas opressivas e, ao mesmo tempo, apontam para a necessidade do acesso à educação de qualidade, luta organizada, reforma agrária e conscientização política desses indivíduos como meios para alcançar a emancipação dos trabalhadores rurais.

De acordo com Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), ainda que medidas e instrumentos legais tenham sido desenvolvidos e aprimorados nos últimos anos, a fim de alcançar a justiça social e a função social da terra, é necessário, como foi enfatizado ao longo dessa pesquisa, que ainda aconteçam muitas mudanças para que o espaço rural se torne mais justo e menos desigual.

#### 4 CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO CAMPO: DO SILENCIAMENTO À LUTA COLETIVA

Segundo Thompson (1980), os trabalhadores conscientizam-se da exploração feita pelos capitalistas por meio dos seus valores adquiridos com o tempo, e esses trabalhadores possuem o que ele chama de agência, ou seja, os homens e mulheres são sujeitos de sua própria história, embora em condições que não escolheram. Antonio Gramsci (1929) vê o Estado como uma combinação de duas esferas interligadas: a sociedade política e a sociedade civil que, em seu entendimento, garantem a dominação da classe hegemônica e organizam a sociedade.

Gramsci (1929) aponta que deve haver uma disputa pela hegemonia, não basta apenas refletir, tem que transformar o mundo. Tanto Thompson quanto Gramsci vão nos oferecer teorias para analisar como as classes trabalhadoras constroem sua identidade e enfrentam os mecanismos de dominação do Estado e da classe dominante.

A área onde hoje está localizado o assentamento Currais Novos em Barras, município localizado no Norte do Estado do Piauí, foi palco de, pelo menos, dez anos de conflitos possessórios através da ocupação de fazendas por pequenos agricultores que até então viviam sob o “sistema de moradia” na fazenda. O ressentimento popular perceptível emergente dessas condições gerou conflitos em prol da terra livre. Pode-se falar numa consciência sensível dos moradores manifesta em ações paralelas e por vezes aleatórias, contra as obrigações impostas pelo “sistema de moradia” (Rocha, 2023, p. 21).

No assentamento Currais Novos, no Piauí, as condições de vida impostas pelo modelo latifundiário geraram descontentamento e uma consciência coletiva que, embora fragmentada, gerou ações de resistência. O sistema de moradia é caracterizado pela exploração dos trabalhadores rurais em regime de subordinação, o que os privava de autonomia e direitos sobre a terra que moravam e cultivavam.

Esse processo se articula com a dimensão da experiência, tópico central nas teorias de Thompson (1980). A experiência e as vivências cotidianas da exploração e do conflito é o que permite a esses trabalhadores desenvolverem não apenas a consciência de classe, mas também os instrumentos de luta para transformá-la em conquistas, como a obtenção de terras.

Neste capítulo, a partir dos dois livros analisados, abordaremos principalmente como a consciência de classe foi construída pelos trabalhadores no meio rural

retratado nas obras, além do papel que a educação exerce na disputa intelectual da hegemonia, que rompe com os paradigmas postulados pelas classes dominantes.

O camarada comia menos aquela semana. E João Vermelho assentava num enorme livro de contas as compras dos trabalhadores. Só ele e o patrão sabiam os preços. Éramos obrigados a comprar na despensa da fazenda. Não admirava que nunca tivéssemos saldo (Amado, 1933, p. 72).

Este trecho evidencia como os trabalhadores são lesados através da manipulação das contas, sendo mantidos em dívida constante. Em Torto Arado (2019), de Itamar Vieira Junior, a exploração do trabalho rural são explícitas:

Na manhã seguinte, Sutério apareceu em nossa casa para dizer que meu pai precisava terminar o pequeno barramento que fazia no riacho. Que precisava organizar os trabalhadores para capinar e fazer a coivara, deixar a terra limpa, sempre, para quando a chuva chegasse. Entrou em nossa cozinha e perguntou onde havíamos colhido as batatas-doces. Meu pai respondeu que havíamos comprado na feira da cidade. Com que dinheiro, ele quis saber. Vendemos o resto de azeite de dendê que tínhamos fabricado, disse. Sutério pegou a maior parte da batata doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal. Mas as batatas não eram produção do quintal. Da terra seca não brotava nem pasto, muito menos batata (Vieira Junior, 2019, p. 74).

Aqui, a figura de Sutério não é apenas de um capataz ou intermediário, ele simboliza o poder coercitivo do sistema fundiário que subjuga famílias inteiras, impondo obrigações. Esses trechos demonstram a desonestidade dos patrões ao manipular os rendimentos e ilustra a ausência de autonomia dos trabalhadores rurais, que, apesar de toda a luta para sobreviver, continuam presos em um ciclo de pobreza e submissão.

Urmila Bhoola (2016), relatora Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, apresenta em relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, que os pobres e marginalizados, os migrantes, traficados ou discriminados, incluindo mulheres, crianças, povos indígenas e pessoas de castas afetadas em suas comunidades são os mais impactados, e acabam entrando nessa forma de escravidão por não terem como pagar as suas dívidas.

Esse ano o homem colhe umas oitenta mil. Nós ganhávamos três mil e quinhentos por dia e parecíamos satisfeitos. Ríamos e pilheriávamos. No entanto, nenhum de nós conseguia economizar um tostão que fosse. A despensa levava todo nosso saldo. A maioria dos trabalhadores devia ao coronel e estava amarrada à fazenda. Também quem entendia as contas de

João Vermelho, o despenseiro? **Éramos todos analfabetos.** Devíamos... Honório devia mais de novecentos mil-réis e agora nem podia se tratar. Um impaludismo crônico quase o impedia de andar. Assim mesmo partia às seis horas da manhã para podar as roças, depois de comer um prato de feijão com carne seca. Era um tipo curioso aquele Honório. Preto, forte, alto, brigão, estava na fazenda há quase dez anos. Um bom camarada, capaz de se sacrificar pelos outros. Apesar dele dever muito, o coronel o conservava (Amado, 1933, p. 12 grifo nosso).

“É a chamada servidão por dívida que ainda é uma das características do trabalho escravo contemporâneo” (Nações Unidas no Brasil, 2016). “Na servidão por dívida, o trabalhador está sempre endividado perante o seu patrão, trabalhando para saldar dívidas intermináveis e que estão sempre se renovando” (Carvalho; Santos, 2019, p. 155).

A consciência de classe, segundo Thompson (1963), não é algo que surge espontaneamente, mas sim um processo construído a partir das experiências comuns e do desenvolvimento da luta organizada, onde o trabalho explorado é o motor para a formação de uma identidade coletiva.

Na perspectiva de Marx e Engels (1848), a consciência de classe é um processo em que os trabalhadores passam a entender sua posição na estrutura econômica e social, reconhecendo-se como uma classe explorada em oposição aos proprietários dos meios de produção. Para E.P. Thompson (1963), esse processo de formação de uma classe operária é histórico e envolve a experiência vivida e a organização política dos trabalhadores.

#### **4.1 A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EXPERIÊNCIA E RESISTÊNCIA NO CAMPO**

Em Cacau (1933) e Torto arado (2019), podemos observar a construção de uma consciência de classe pelos trabalhadores rurais. Essa construção é profundamente conectada com as teorias de E.P. Thompson (1963;1980) pois envolve processos históricos, culturais e sociais que moldam a percepção dos trabalhadores sobre sua posição no sistema de exploração e sobre a necessidade de resistir coletivamente.

Em muitas cidades, o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas ideias, organização e liderança era constituído por sapateiros, tecelões, celeiros e fabricantes de arreios, livreiros, impressores, pedreiros, pequenos comerciantes e similares (Thompson, 1987, p. 16).

De acordo com Thompson (1963), o surgimento de uma consciência de classe ocorre quando os trabalhadores se dão conta de interesses em comum entre os diversos grupos de trabalhadores, em contrapartida aos interesses da classe dominante. O antagonismo é inevitável, tendo em vista que os interesses das duas classes são totalmente opostos. Ao perceber que é explorado, o trabalhador revolta-se e cria uma consciência de classe, que o autor chama de classe para si. Assim, percebendo o aumento cada vez maior dessa exploração, ele vai recorrer aos seus direitos consuetudinários e à sua inventividade.

Bibiana contou que ela tinha feito um supletivo e no próximo ano ingressaria numa escola pública de magistério. Que trabalhava cuidando das crianças filhas de vizinhas para que pudessem trabalhar. Ganhava muito pouco com isso, mas era o que podia fazer com um filho de colo. Contou também que Severo trabalhava na roça e frequentava atividades no sindicato dos trabalhadores rurais. Estava aprendendo muitas coisas. Batalhava, apesar do medo e das adversidades, para melhorar a vida dos trabalhadores com quem compartilhava o fardo. Era admirado e respeitado até pelos mais velhos (Vieira Junior, 2019, p. 130).

Isso quer dizer que a classe trabalhadora é fruto dela mesma e não apenas um reflexo automático das relações capitalistas, ainda que essas condições estejam postas, essa classe se auto afirma como resistência. Thompson (1980) cita que as resistências se constituem dentro das tradições e dos costumes, mesmo em ofícios e funções diferentes.

Foi com as casas de barro e nossos corpos como mobília que venderam a terra a um casal com dois filhos. Acostumados que estávamos à longa posse da família Peixoto, fomos surpreendidos pela mudança e ficamos sem saber o que aconteceria a partir de então. Os mais ingênuos achavam que tudo permaneceria da mesma maneira. Os mais desconfiados temiam o que estava por vir, quiçá o despejo... A família Peixoto havia herdado terras das sesmarias. Essas coisas nem Deus sabe explicar como aconteceram, mas Severo diz de uma forma que o povo fica atento, indo de casa em casa, da escola aos caminhos para a roça. Depois o povo fica se perguntando, conversando entre si, e vão recuperando as histórias das famílias antes da chegada. Eu tentava me concentrar depois, para aprender sobre o que Severo contava. Que chegou um branco colonizador e recebeu a dádiva do reino. Chegou outro homem branco com nome e sobrenome e foram dividindo tudo entre eles. Os índios foram sendo afastados, mortos, ou obrigados a trabalhar para esses donos da terra. Depois chegaram os negros, de muito longe, para trabalhar no lugar dos índios. Nossa povo, que não sabia o caminho de volta para sua terra, foi ficando. Quando as fazendas foram deixando de produzir porque os donos já estavam velhos e os filhos já não se interessavam pelo trabalho de roça, porque ganhavam muito mais dinheiro como doutores na cidade, e nos procuravam cercando terras pelas extremidades da fazenda, dissemos que éramos índios. Porque sabíamos que, mesmo que não fosse respeitada, havia lei que proibia tirar terra de índio. E também porque eles se

misturaram conosco, indo e voltando de seu canto, perdidos de suas aldeias (Vieira Junior, 2019, p. 176-177).

Essa resistência é moldada por práticas e valores coletivos, como a ideia de que a terra é um bem divino e coletivo e não um bem passível de ser apropriado individualmente. Isso reflete-se em um tipo de consciência de classe que é forjada, muitas vezes, em experiências concretas de luta, em atos de resistência que são, ao mesmo tempo, culturais e políticos.

A concepção de que a terra é uma dádiva de Deus e, portanto, um bem comum é parte de um discurso circulante entre as populações de posseiros do País. Em pesquisa nos relatórios de conflitos no campo de 1988 (CPT), deparamo-nos com a reprodução de um fragmento de fala de Ana, de Cabeceiras da Mata, Almas – TO, que disse: “É Deus quem deu a vida pra nós. É Deus quem deu a terra para nós. Deixar tomar nossa terra é deixar tomar nossa vida e isso seria trair Deus” (Rocha, 2015, p. 22).

A fala de Ana, retirada dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), demonstra uma concepção profundamente enraizada em muitas comunidades de posseiros no Brasil, de que a terra é um bem comum, concedido por Deus, e essencial para a vida. De acordo com Thompson (1980), as resistências emergem não apenas a partir das condições materiais de vida, mas também dentro das tradições, costumes e práticas culturais.

A visão de Thompson (1980) nos ajuda a compreender a relação dialética entre cultura e economia, entre condições materiais e práticas simbólicas, e entre opressão e resistência. Aplicada aos dias atuais, sua análise ilumina como os trabalhadores continuam a se formar como classe em meio às lutas contra novas formas de exploração e desigualdade.

Que concepções de mundo carrega o grande contingente de homens e mulheres que vivem da venda da força de trabalho ou que, no contexto do desemprego crescente, não encontram lugar no mercado de trabalho? Se a classe social, que se constitui pela posição dos trabalhadores na produção e configura-se, ainda, como um fenômeno histórico que dá sentido a uma série de acontecimentos aparentemente díspares e desconectados, cabe-nos perceber em que medida as experiências comuns de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade são manifestações da luta de classes. Se classe e consciência de classe resultam de experiências comuns partilhadas, que se constituem e constituem o próprio “fazer-se”, cabe-nos apreender as mediações, a maneira pelas quais essas experiências são tratadas culturalmente, expressando-se nos costumes, tradições, símbolos e sistemas de valores (Vendramini; Lia Tiriba, 2014, p. 68).

O entendimento da classe como um processo ativo, coletivo e cultural desafia narrativas fatalistas ou deterministas e aponta para a possibilidade de transformação social por meio da ação organizada e consciente dos trabalhadores. Como Thompson (1963) argumenta, a classe se forma na luta, e é nessa luta que reside a esperança de mudança.

No Brasil e especificamente na Bahia, que é onde nossas narrativas em análise se desenrolam, a falta de educação formal limita drasticamente as oportunidades de trabalho fora do setor agrícola ou da economia informal. O Censo Demográfico do IBGE (2022) demonstra a baixa escolaridade de muitas famílias rurais na região citada, que sem acesso à educação de qualidade, acabam aceitando empregos precários, pois desconhecem seus direitos ou simplesmente não têm outras opções. Sem instrução, os trabalhadores ficam vulneráveis à exploração e têm pouca mobilidade social. No entanto, algumas situações problemáticas fomentam os questionamentos dos trabalhadores e vão ao encontro das teorias de Thompson.

No capítulo *Consciência de classe*, o coronel Mané Frajelo chama Honório, um colega de Sergipano, para que ele fosse atrás de Colodino e o matasse. Honório erra o tiro de propósito e quando o questionam o porquê, ele responde:

Eu gostava de Colodino...Mas eu não queimei o bruto porque ele era alugado como a gente. Matá coroné é bom, mas trabaiadô não mato. Não sou traidô..." Só muito tempo depois soube que o gesto de Honório não se chamava generosidade. Tinha um nome muito mais bonito: **Consciência de Classe** (Amado, 1933, p. 121, grifo nosso).

#### **4.2 DISPUTA PELA HEGEMONIA: LUTA DE CLASSES E TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO**

De acordo com Gramsci (1937), a classe dominante usa a cultura e as instituições da sociedade civil como escolas, igrejas, a mídia, entre outros, para inculcar ideias e valores, de modo que pareça que todos tenham os mesmos interesses. Isso resulta em um controle sutil, no qual as classes subalternizadas aceitam e perpetuam a ideologia do dominador, mesmo que isso vá contra as ideias de sua própria classe.

No conceito de Estado ampliado, o autor cita que na política há sempre uma disputa de cabo de guerra entre as classes, gerando assim, uma disputa ideológica.

Nessa disputa, não é satisfatório a tomada do poder político apenas, é preciso transformar a cultura e as instituições da sociedade civil (Gramsci, 1937).

A política para Gramsci (1937) não é só um reflexo da política econômica, ele considera que existem frações de classes dominantes que criam alianças ou se opõemumas às outras. Para ele, a política é complexa e ganha autonomia em relação à infraestrutura econômica e faz outros arranjos. Ou seja, o conceito de Estado é mais amplo e complexo do que a simples estrutura governamental ou o conjunto de instituições políticas.

Ademais, segundo o autor, as classes dominantes não mantêm seu poder e sua hegemonia apenas pela força, pelo contrário, para manter a ordem social, tais classes precisam legitimar seu poder e, para tal, precisam do consentimento das camadas subalternas. Esse consentimento é construído na sociedade civil de modo que as ideias e valores da classe dominante são normalizadas e aceitas como universais, de forma que o seu poder passa a ser visto como legítimo pela sociedade.

Gramsci, em 1937, destacou a necessidade de uma revolução cultural e moral para instaurar uma nova visão de mundo, capaz de gerar consenso a partir das classes trabalhadoras. Essa ideia reflete uma prática historicamente utilizada pela burguesia: quando o trabalhador, mesmo explorado ao ponto da exaustão, defende os interesses do patrão, é sinal de que internalizou a ideia do opressor. Ademais, apenas o patrão se beneficia verdadeiramente, apropriando-se dos lucros e da mais-valia gerada pelo esforço do trabalhador. Essas reflexões ganharam destaque internacional no final dos anos 1950, no contexto do processo de desestalinização que reformulou o pensamento da esquerda mundial.

Considerando a classista compreensão gramsciana exposta, é possível dizer que o intelectual orgânico às classes subalternas é o indivíduo ou a organização social (sindicato, partido político, etc.) que se propõe a assumir inúmeras tarefas no processo de superação da sociedade de classes, sobretudo três com perfis dialeticamente articulados: as de cunho científico-filosófico, as educativo-culturais e as políticas. Entende-se por tarefas de cunho científico-filosófico aquelas cujo objetivo é compreender a dinâmica da vida societária em uma determinada formação econômica e social, em seu processo de gênese e desenvolvimento histórico e suas contradições, seus limites e suas possibilidades. Além disso, ao intelectual orgânico às classes subalternas caberá, nesse processo, formular uma visão de mundo que seja condizente com as necessidades e os interesses históricos dos trabalhadores do campo e da cidade, disseminando-a na coletividade por diferentes meios, forjando outra cultura e as condições de produção de outro

bloco histórico, este sob a hegemonia do proletariado, o que é indispensável para a superação do modo de vida capitalista (Martins, 2011, p. 131-148).

Para Gramsci (1937), o marxismo é a filosofia da práxis. Da mesma forma, Thompson sempre esteve alinhado com isso, trabalhou durante muitos anos na educação de jovens e adultos lecionando para trabalhadores.

Gramsci (1937) afirma que deve-se minar o consenso hegemônico por meio dos intelectuais da classe trabalhadora, que alinhados com os interesses dos trabalhadores devem produzir um conhecimento em busca da emancipação das classes subalternizadas.

A educação e a literatura têm um papel fundamental para isso, o dever de emancipar o pensamento crítico desses sujeitos para se criar uma classe organizada politicamente, com o intuito de combater a exploração da classe trabalhadora.

Zezé voltou à lida, sem estender a conversa. Meu pai não falou o nome de Severo, mas sabia que ele andava de conversa com o povo da fazenda contando história de **sindicato, de direitos, de lei**. Estava levando essas conversas para os campos de trabalho (Vieira Junior, 2019, p. 186 grifo nosso).

A educação e a literatura possuem um compromisso de proporcionar transformações no mundo, ainda que singelas. Machado e Soares (2021) afirmam que uma literatura decolonial, principalmente nas escolas, abre espaço para que os sujeitos vistos como estigmatizados, massacrados pela estrutura colonial que permeia a sociedade sejam enxergados como protagonistas de suas próprias existências, possibilitando um olhar crítico e diferenciado para essa realidade.

Assim, a partir dessa reflexão, é possível que o sistema, na maioria das vezes duro com aqueles que estão marginalizados no processo de colonialidade, possa ser reestruturado, evitando a “hierarquização de saberes, de histórias, de línguas, de modos de ser” (Machado; Soares, 2021, p. 12).

## 5 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste trabalho proporcionou observar como a concentração fundiária e o poder das elites agrárias mantêm a submissão de vastos contingentes da população rural. Essas condições não são apenas literárias, mas refletem uma realidade histórica que atravessa gerações, evidenciando como a má distribuição de terras e a ausência de políticas públicas efetivas agravam os conflitos no campo.

Por isso, de acordo com Vieira e Silva (2012), Amado tentou escrever um romance comprometido com a transformação da sociedade, numa perspectiva que atendia à política do Partido: o intelectual deveria produzir ficção com força de "documento", denunciando a existência de segmentos sofredores da população.

Assim como, segundo Gouveia e Almeida (2021) os personagens de Itamar em Torto arado se encontram, em uma situação de caboclização na qual o negro que deixou de ser juridicamente escravo não consegue ser um cidadão, pois sua figura desvalorizada só era aproveitada nos trabalhos mais exaustivo e funestos, então a agricultura de subsistência era, como denuncia o romance, a única saída.

Um dos principais objetivos deste trabalho foi atentar para a ainda existente exploração aviltante do trabalhador rural. Diante dos fatos apresentados, Sergipano em Cacau e Bibiana e sua irmã Belonisia poderiam ser pessoas reais nos dias de hoje. A ficção literária de Jorge Amado no seculo XIX, e a de Itamar Viera Junior na contemporaneidade, se encaixam perfeitamente como representação para problemas reais: a má distribuição de terras no Brasil, e o trabalho rural análogo à escravidão, que insiste em acontecer e precisa ser combatido. Investir na educação de qualidade e profissionalização do trabalhador rural é primordial para que as próximas gerações tenham condições mais dignas de negociar suas condições de trabalho e possam crescer profissionalmente em outras atividades que assim desejarem

Apesar da opressão retratada, tanto Cacau (1933) quanto Torto Arado (2019) demonstram que as experiências compartilhadas de exploração podem estimular nos trabalhadores o desenvolvimento de uma consciência de classe, conforme definida por E. P. Thompson (1963). Esse processo, originado nas vivências cotidianas das relações de trabalho, é fundamental para converter a indignação em ação coletiva.

Em Gramsci (1937), a hegemonia é a capacidade de um grupo social, como o proletariado, conquistar o consenso de outros grupos e classes, criando uma base social ampla para o seu projeto de sociedade. Essa hegemonia articulada por um grupo social não é obtida pela força, mas pela persuasão intelectual. Assim, o proletariado assume um papel condutor na sociedade civil, articulando ideias, valores e instituições que sustentam sua visão de mundo.

A partir dessa fundamentação teórica, compreendemos como o ensino de História e Literatura, quando orientado por uma perspectiva crítica e libertadora, encontra uma ligação direta no conceito de classe de E. P. Thompson. Esse conceito, presente em sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, demonstra a importância das vivências concretas dos sujeitos na formação de uma consciência coletiva de classe. Assim, pensar um ensino que valorize as histórias, resistências e narrativas dos grupos marginalizados implica em possibilitar que esses sujeitos não apenas reconheçam sua posição nas estruturas sociais, mas também se apropriem dela de maneira crítica e transformadora.

Para que a ideia de classe e luta de classes ganhe corpo e sentido na educação escolar, é preciso, portanto, que o conhecimento e sua compreensão por parte dos alunos se dê de forma revolucionária. Queremos dizer que, ao contrário dos postulados pós-modernistas, é preciso que o conhecimento acerca do mundo, a produção científica, os conceitos, sejam transmitidos a partir da perspectiva da classe trabalhadora (Gramsci, 2010). Neste sentido, não caberia a ideia de criar uma nova filosofia, mas de torná-la generalista, de modo que considere as filosofias individuais, que por sua vez superam a individualidade (em si alienada) e o senso comum da expressão popular para alcançar a individualidade universal e o bom senso coerente, crítico e unitário (Marques, 2017, p. 61).

O ensino de História e de Literatura, pode destacar como os trabalhadores rurais no Brasil, representados nessas obras, não são apenas vítimas do sistema agrário, mas agentes sociais ativos que, a partir de suas experiências de exploração, constroem resistências e comunidades de luta. Um ensino de História e Literatura comprometido com a transformação social desafia a hegemonia dominante ao oferecer novas leituras da realidade. Ele busca construir uma contra hegemonia, ou seja, um projeto cultural alternativo que dê voz aos sujeitos subalternos e questione as estruturas de poder vigentes. Nesse processo, a experiência de classe é central, pois articula as vivências concretas dos indivíduos às narrativas de resistência e transformação.

Ao concluir esta análise, buscamos não apenas contribuir para a compreensão de temas fundamentais à realidade do trabalhador rural no Brasil, mas também atuar como catalisadores para a formação de um pensamento crítico e emancipador. Em Cacau (1933) e Torto Arado (2019), os trabalhadores rurais são apresentados como herdeiros de um sistema que perpetua desigualdades estruturais, cujas raízes remontam ao período escravista.

A construção dessa consciência passa pela percepção de que a exploração não é individual, mas coletiva, e de que a resistência depende da união e organização política dos sujeitos subalternizados. Desse modo a mobilização política, por meio de sindicatos, movimentos sociais e outras formas de organização, aparece como uma possibilidade real de enfrentamento à opressão. Exemplos históricos, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reforçam essa perspectiva.

De acordo com Simionatto (2004, p. 41), para que a classe trabalhadora alcance a hegemonia é necessária a luta pela “direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população”. Assim, tem-se uma “guerra de posição”, que “supõe o consenso ativo, ou seja, organizado e participativo, implicando também unidade na diversidade, um movimento dialético e democrático” (Simionatto, 2004, p. 41). Para que esta conquista pela hegemonia pela sociedade civil seja efetiva, é preciso que a classe no direcionamento político da sociedade, tenha seu poder enfraquecido (Gramsci 2011a). O que demanda organização, consciência de classe, conhecimento e ações efetivas, consistentes e coerentes por parte da classe dominada, no sentido da práxis social (Marques, 2017, p. 57).

Finalizamos não em vias de concluir, mas de apontar a necessidade de continuidade nas pesquisas tanto para o aprofundamento de conceitos, quanto para o conhecimento e análises de propostas. Dessa maneira, poderemos contribuir para o avanço dessa perspectiva nos processos de formação humana principalmente nas formulações de políticas que possam contribuir para a emancipação, mesmo que gradativa, da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

Vídeo do YouTube:

YOUTUBE. Torto Arado - Roda Viva | Itamar Vieira Junior. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=y4KTCm7DMto&list=PLZDhwR\\_7RO2quFrK3zHoiPQ3FKik\\_190S](https://www.youtube.com/watch?v=y4KTCm7DMto&list=PLZDhwR_7RO2quFrK3zHoiPQ3FKik_190S). Acesso em: 17 set. 2024.

KARNAL, Leandro; VIEIRA JUNIOR, Itamar. O que aprendemos com "Torto Arado"? Prazer Karnal, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=video\\_id](https://www.youtube.com/watch?v=video_id). Acesso em: 3 dez. 2024.

AMADO, Jorge. Entrevista à antiga TVE do Rio, 1986. Transcrição disponível em: Recordar é TV. TV Brasil, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/fnBGyTNltHg>. Acesso em: 17 dez 2024.

PROVOCA. Entrevista com Itamar Vieira Junior. Apresentação de Marcelo Tas. YouTube, 25 out. 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yz\\_nGconBd4&t=304s](https://www.youtube.com/watch?v=yz_nGconBd4&t=304s). Acesso em: 17 dez 2024

TRILHA DE LETRAS. Entrevista com Itamar Vieira Junior. TV Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OqBdVBjpe3s&t=811s>. Acesso em: 17 dez 2024.

TV SENADO. ESCRAVIDÃO MODERNA OU TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO É CRIME. 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=Y3CJ1OGS9U4&T=786S](https://www.youtube.com/watch?v=y3cj1OGS9U4&t=786s). ACESSO EM: 28 DEZ. 2024.

Fontes Hemerográficas :

ARMAZÉM MEMÓRIA. Portal Armazém Memória. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

WESTIN, Ricardo. Camponeses são libertados no RS quando 1ª lei trabalhista rural faz 60 anos. Agência Senado, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/03/camponeses-sao-libertados-no-rs-que-1a-lei-trabalhista-rural-faz-60-anos>. Acesso em: 3 dez. 2024.

FRAGA, Lorena. Brasil registrou maior número de denúncias de trabalho escravo da história em 2023, diz governo. G1, GloboNews, Brasília, 5 jan. 2024. Disponível em: [\[https://g1.globo.com\]](https://g1.globo.com). Acesso em: 3 dez. 2024.

G1. 'Lista suja' do trabalho escravo inclui 248 empregadores e bate novo recorde; veja os nomes. G1, 5 abr. 2024. Disponível em: [\[https://g1.globo.com\]](https://g1.globo.com). Acesso em: 3 dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Servidão por dívida ainda é forma comum de escravidão moderna, alerta especialista da ONU. Nações Unidas Brasil, 21 set. 2016. Disponível em: [\[https://brasil.un.org\]](https://brasil.un.org). Acesso em: 3 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010-2022: resultados e análises. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2024.

OBSERVATÓRIO DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS. Disponível em: <https://observatorioescravo.mpt.mp.br/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Lista suja do trabalho escravo. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

Livros e artigos:

AMADO, Jorge. Cacau. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VIEIRA, Itamar. Torto Arado. São Paulo: Todavia, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MACHADO, Rodrigo Corrêa Martins; SOARES, Ivanete Bernardino. Por um ensino decolonial de literatura. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 21, n. 3, p. 981-1005, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.

AGUIAR, Josélia. Jorge Amado: uma biografia. São Paulo: Todavia, 2018.

SARAMAGO, José. A história como ficção, a ficção como história. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n. 27, p. 09-17, abr. 2000.

SARTRE, Jean-Paul. O que é literatura? São Paulo: Ática, 2004.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, Paulo Rodrigo Silva de. O feudalismo no Brasil: O PCB e o pensamento de Octávio Brandão (1924-1928). Trabalho preparado para apresentação no X Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, São Paulo, 09 a 13 nov. 2020.

BEZERRA, Lucas. A questão agrária brasileira no pensamento de Caio Prado Júnior. Argum., Vitória, v. 11, n. 1, p. 200-212, jan./abr. 2019.

ROCHA, Cristiana Costa da. Memória migrante: a experiência do trabalho escravo no tempo presente – Barras, PI. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo à de escravo: construindo um problema. História Oral, v. 11, n. 1-2, p. 11-41, jan.-dez. 2008.

GAUDEZ, Márcia Milena Ferreira; FERRERAS, Norberto Oswaldo; ROCHA, Cristiana Costa da (orgs.). *Histórias sociais do trabalho: usos da terra, controle e resistência*. 2015.

MAGALHÃES, Renan Vinicius. *História do Estatuto do Trabalhador Rural: embates políticos na configuração da extensão da legislação trabalhista ao campo no Brasil (1960-1963)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Ouro Preto, 2022.

IBGE. Estrutura fundiária. In: *Atlas do Espaço Rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2023*. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.

FERNANDES, Joyce. O legado traumático da escravidão em Torto arado. *Revista Entrelaces*, v. 11, n. 23, Fortaleza, p. 229-248, jan./mar. 2021.

BRITO GOUVEIA, J. B.; ALMEIDA, M. L. *Torto Arado: a literatura de resistência na narrativa de Itamar Vieira Junior*. *Revista Crioula*, n. 28, p. 100-112, 2021.

MOURA, Douglas Ribeiro de; ASSIS, Denise de Souza; LEAL, Célia Maria. Decolonialidade e resistência feminina: uma análise da obra Torto Arado. *Dossiê “Decolonialidades e Interculturalidades”*, Sinop, v. 15, n. 41, p. 100-113, dez. 2022.

BERGAMO, Edvaldo A. Cacau, de Jorge Amado: a ascensão do romance proletário no Brasil (90 anos depois). *Opiniões*, São Paulo, n. 22, pp. 228-242, 2023.

Rossi, Luiz Gustavo Freitas. "A militância política na obra de Jorge Amado." *Caderno de leitura: o universo de Jorge Amado*. São Paulo: Companhia das Letras (2009): 22-33.

VIEIRA, Denise Adélia; ZIMBRÃO DA SILVA, Teresinha V. Jorge Amado e o romance proletário. Dissertação de Mestrado intitulada *A Literatura, A Foice e o Martelo. Todas as Musas*, v. 4, n. 1, p. xx-xx, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://todasmusas.org>. Acesso em: 6 nov. 2024.

GOMES, Caroline dos Santos. O romance Cacau, de Jorge Amado, como espaço de denúncia e memória de um determinado momento histórico. *Palimpsesto*, v. 17, n. 27, p. 279-291, 2018. Disponível em: <https://www.palimpsesto.uerj.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHØLLHAMMER, K. E. O realismo de novo. In: SHØLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SENNA, Ronaldo de Salles. *Jarê: uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

CARVALHO, C. A. das M.; SANTOS, L. de B. Vidas Secas e as relações de trabalho rural degradante no Brasil contemporâneo: transdisciplinaridade entre direito e literatura. *Revista de Direito*, [S. l.], v. 11, n. 01, p. 145–185, 2019. DOI:

LIMA, Kevin. 'Lista suja do trabalho escravo voltará', diz Flávio Dino. g1 — Brasília, 02 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 6 nov. 2024.

RAILLARD, ALICE. CONVERSANDO COM JORGE AMADO. RIO DE JANEIRO, RECORD, 1990.

SILVA, MARIA CLEUNICE FANTINATI; MACIEL, SHEILA DIAS. AS MEMÓRIAS DE JORGE AMADO: O MENINO GRAPIÚNA E NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM. *REVISTA MOARA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS / UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ*, n. 37, ESTUDOS LITERÁRIOS, p. 102-111, JAN.-JUN. 2012.

PAIVA, CARLOS ROBERTO; NUNES, CÉSAR APARECIDO; SILVA, RÉGIS HENRIQUE DOS REIS. GRAMSCI E A EDUCAÇÃO. *FILOSOFIA E EDUCAÇÃO (ONLINE)*, REVISTA DIGITAL DO PAIDEIA, v. 2, n. 1, p.1-8, ABR.-SET. 2010.

RIBEIRO, KELLISSON SILVA; VIEIRA, JÚLIA BATISTA SOUSA TUPY; MOTA, BRENTO NATAN DIAS; NEIVA, PEDRO HENRIQUE BRANDÃO. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO MEIO RURAL: UMA ANÁLISE QUANTO À EFICIÊNCIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. *REVISTA MULTIDISCIPLINAR DO NORDESTE MINEIRO*, v. 11, 2023.

ALMEIDA, JOSÉ AMILTON DE; WELLEN, HENRIQUE. CAIO PRADO JÚNIOR E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL. *ANAIIS DO 16º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 2018.

VENDRAMINI, CÉLIA REGINA; TIRIBA, LIA. CLASSE, CULTURA E EXPERIÊNCIA NA OBRA DE E. P. THOMPSON: CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO. *REVISTA HISTEDBR On-line*, CAMPINAS, n. 55, p. 54-72, MAR. 2014.

MARQUES, HELLEN JAQUELINE. CONCEPÇÃO DE MUNDO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA. 2013. TESE (DOUTORADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR, FACULDADE DE CIÉNCIAS E LETRAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, ARARAQUARA, 2013.

BURKE, PETER. A ESCOLA DOS ANNALES (1929-1989): A REVOLUÇÃO FRANCESA DA HISTORIOGRAFIA. 2. ED. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2011.

CORSINI, LEONORA. TORTO ARADO E O ENCONTRO COM O BRASIL PROFUNDO. NOVA PERSPECTIVA SISTÊMICA, RIO DE JANEIRO, n. 45, p. 114-117, JAN. 2013.

SILVA, RAFAELA MENDES DA; SANTOS, FRANCISCO WILTON MOREIRA DOS. HISTÓRIA E LITERATURA: JORGE AMADO, SEUS ROMANCES E AS QUESTÕES HISTÓRICAS NOS ANOS 1930. *REVISTA ESCRITAS DO TEMPO*, v. 3, n. 8, p. 206-224, MAI.-AGO. 2021.

CARREIRA, SHIRLEY DE SOUZA GOMES. INSCRIÇÕES DO REAL EM TORTO ARADO, DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR. E-SCRITA: REVISTA DO CURSO DE LETRAS DA UNIABEU, NILÓPOLIS, v. 12, n. 1, p. 1-16, JAN.-JUN. 2021.

ROCHA, DENISE. A DENÚNCIA DA EXPLORAÇÃO HUMANA EM CACAU (1933), DE JORGE AMADO (1912-2001). *REVISTA MOARA*, n. 56, v. 2, p. 1-15, JAN.-JUL. 2021.

ROCHA, Graziella; BRANDÃO, André. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. R. KATÁL., FLORIANÓPOLIS, v. 16, n. 2, p. 196-204, JUL./DEZ. 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O MERCADO DE TRABALHO ASSALARIADO RURAL BRASILEIRO. N° 74, OUT. 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.DIEESE.ORG.BR](https://www.dieese.org.br). ACESSO EM: 28 DEZ. 2024.

RAMBO, MARCOS ALBERTO. O ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL (1963): LUTAS, IMPASSES E CONTRADIÇÕES NA EXTENSÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS AO MEIO RURAL NO BRASIL. In: III SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2019, FLORIANÓPOLIS. ANAIS [...]. FLORIANÓPOLIS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2019.